

dependências

**SICAD FACILITA ACESSO AO
TRATAMENTO**

**MÓDULO INSCRIÇÃO
PÚBLICA PERMITE
CONTACTO COM EQUIPA À
DISTÂNCIA DE UM CLIQUE**



RESULTADOS DO INCSP:

**CONSUMOS RECENTES
ESTABILIZAM
EM PORTUGAL
NA MAIORIA DAS
SUBSTÂNCIAS**

**ENTREVISTA COM ISABEL SANTOS,
EURODEPUTADA:**

**“CRIAÇÃO DA NOVA
AGÊNCIA DA UNIÃO
EUROPEIA PARA AS
DROGAS É UM PASSO
NA DIREÇÃO CERTA”**



**RELATÓRIO EUROPEU SOBRE
DROGAS 2023:**

**MAIOR DIVERSIDADE
NA OFERTA E NO
CONSUMO DE DROGAS
CRIA NOVOS DESAFIOS
PARA A EUROPA**



“AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR”



Tratar, respeitar e compreender os utilizadores de drogas como pessoas que sofrem face à sua condição, independentemente das formas como se possam revestir esses consumos, constitui, sem qualquer margem de dúvidas, o respeito pela(s) sua(s) patologias e uma forma de combate ao estigma e discriminação que, tantas vezes, os impede e dificulta no que concerne ao acesso ao tratamento.

Este ano, as Nações Unidas elegeram como tema “As pessoas em primeiro lugar”, com o objetivo de sensibilizar as instituições e as famílias para a importância do tratamento de uma das mais complicadas pandemias que continua a afetar muitos milhões de pessoas em todo o mundo.

Mais uma vez, Portugal, através do SICAD, antecipando o tema escolhido, decidiu lançar uma inovadora e notável campanha que facilita o acesso ao tratamento das pessoas com problemas de comportamentos aditivos e dependências, aproveitando as ferramentas digitais, ao apresentar publicamente um novo serviço digital – Inscrição Pública – um serviço online, disponível em computadores ou telemóveis, que irá facilitar o acesso dos cidadãos a respostas existentes. O cidadão poderá inscrever-se diretamente para apoio especializado através do preenchimento de um formulário disponibilizado online, com a possibilidade de escolher a região da equipa com a qual pretenderá interagir, após o qual será contactado. Esta é uma solução desenvolvida pelo SICAD, em colaboração com outros organismos, como as DICAD, que visa uma maior acessibilidade, proximidade e desmaterialização no processo de procura de ajuda por parte de cidadãos que sentem necessidade de recorrer a um serviço especializado em CAD.

Mais que uma importante resposta, esta é uma iniciativa muito importante para combater o estigma e aproximar as pessoas do Serviço Nacional de Saúde, e vice-versa, eliminando barreiras burocráticas, geográficas e económicas, numa altura em que o mercado de drogas está mais letal do que nunca. Como podemos observar a partir do relatório das nações Unidas, é muito preocupante o aumento das mortes por overdose. O mesmo documento manifesta a preocupação com os desafios que o mundo está a enfrentar, principalmente por mulheres e pessoas com deficiência, em particular no acesso a tratamento e apoio. “Há uma maior disponibilidade de drogas sintéticas no mercado, e novas combinações de drogas que tornam mercado mais letal do que nunca”, lê-se no relatório. “O fentanil, uma droga sintética 100 vezes mais potente do que a morfina, está por trás do aumento de mortes por overdose no Canadá e, principalmente, nos Estados Unidos durante a pandemia de covid-19”. “A crise de opioides na América do Norte não pára, alimentada por um número sem precedentes de mortes por overdose”, lê-se no relatório das Nações Unidas, que analisa o estado da produção, tráfico e consumo de drogas no mundo, e indica que cerca de 80.000 pessoas morreram de overdose de opióides nos Estados Unidos em 2021, 60% a mais do que em 2019. A maioria dessas mortes, cerca de 70.000, é atribuída a opióides farmacêuticos sintéticos, principalmente fentanil.

E quantas destas pessoas, que vivem num autêntico inferno, agastadas e afastadas de qualquer tipo de apoio social ou sanitário, poderiam beneficiar se não carecessem de recursos para se dirigirem a uma qualquer resposta de saúde mais convencional, que obriga, por exemplo, a deslocar-se? O SICAD deu o exemplo, bem-haja! Basta um clique! Do seu telemóvel ou computador ou de alguém que queira ajudar...

Sérgio Oliveira, director

RESULTADOS DO INQUÉRITO NACIONAL AO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA POPULAÇÃO GERAL SURPREENDEM PELA POSITIVA:

CONSUMOS RECENTES ESTABILIZAM EM PORTUGAL NA MAIORIA DAS SUBSTÂNCIAS

O SICAD apresentou, no dia 23 de junho, os dados resultantes do V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral (INPG). Num evento subordinado ao tema Conhecer a realidade para intervir com qualidade, foram tornados públicos os indicadores relativos aos consumos entre a população portuguesa, de acordo com um estudo coordenado por Casimiro Balsa.

Entre os resultados mais significativos, realce para a surpresa: numa altura em que se prognosticavam recrudescimentos dos consumos, o estudo revela uma significativa tendência de estabilização (ou de pequenos aumentos ou descidas) relativamente à maior parte das substâncias nos indicadores últimos 30 dias ou último ano, com algum acréscimo verificado no caso do uso problemático do álcool e uma tendência de aproximação dos consumos entre homens e mulheres. Por outro lado, em praticamente todas as substâncias, Portugal apresenta das mais baixas prevalências de consumos da Europa. De realçar que este estudo assenta numa metodologia de recolha de dados porta a porta, em regime de voluntarismo, e que não congrega dados em residências coletivas (universitárias, hospitalares, militares, entre outras) ou junto de populações sem residência fixa ou até comunidades migrantes, o que poderá conduzir a alguma carência quanto à representatividade.

Dependências apresenta-lhe um resumo do estudo e a entrevista realizada, no final da apresentação do mesmo, a João Goulão.

ENQUADRAMENTO

O INPG é um estudo iniciado em 2001, tendo sido replicado em 2007, 2012, 2016/17 e em 2022, sob a responsabilidade científica de uma Equipa de investigação do CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, constituída por Casimiro Balsa, Clara Vital e Cláudia Urbano. O estudo é realizado por iniciativa do SICAD, sendo respeitadas as orientações do OEDT e da OMS permitindo, assim, que as estatísticas produzidas sejam comparáveis com os resultados de

estudos similares realizados no plano internacional. O INPG tem como alvo a população geral residente no Continente e nas Regiões Autónomas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, população alargada para os 15-74 anos a partir da aplicação do INPG realizada em 2012. As comparações ao longo do período do estudo (2001 a 2022) serão feitas, nesta apresentação, com base na população dos 15-64 anos, sendo a informação complementada com, quando oportuno, o grupo dos 65-74 anos. Sendo o alvo a população residente e sendo a amostra construída com base nas residências individuais, são excluídas populações que, pela sua profissão, tenham uma residência coletiva (militares, religiosos, estudantes em residências universitárias, por exemplo) ou que, pela sua condição social (população prisional, hospitalizada, com residência em instituições de apoio ou sem abrigo), não tenham residência individual. A população excluída do estudo representa, assim, 2,3 % (177 846 indivíduos) da população residente total com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos (7 832 285 indivíduos). Os nossos resultados traduzem os comportamentos da população geral se aceitarmos que estas populações, fora do formato da amostra, têm um perfil de consumo similar ao das populações que pudemos entrevistar.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS ENTRE 2001 E 2022 (POPULAÇÃO 15-64 ANOS)

Em 2001, o valor da prevalência para qualquer substância ilícita (QSI) que registámos – 7,8 % – fixou o valor de referência para todas as avaliações dos consumos que deveriam vir a ser feitas em seguida. No plano internacional, a fasquia dos 7,8 % de prevalência do consumo de qualquer substância psicoativa serviu para nos colocar – diriam os mais pessimistas – mais uma vez, na cauda da Europa. Entre 2001 e 2022, a prevalência ao longo da vida, para qualquer substância psicoativa ilícita,



passa de 7,8 % para 12,8 %. Se fizermos intervir a diferença de género, observamos que nos vinte anos de recolha as mulheres passam de uma prevalência de 4,0% para 7,4 % enquanto os homens passam de 11,7% em 2001 para 18,6 % em 2022. Estes valores aumentam quando isolamos a população dos jovens adultos (15-34 anos). Nesta população o consumo das mulheres, que registavam uma prevalência 7 % em 2001 passa para 9,6% em 2022, enquanto o consumo dos homens passa de 18,2 % para 21,8 % no mesmo intervalo de tempo. Com esta evolução, continuamos, como no início do milénio, com níveis de consumo abaixo dos registados no conjunto dos países europeus.

COMPORTAMENTOS E CONSUMOS DE RISCO E DEPENDÊNCIAS

CONSUMOS DE RISCO DE ÁLCOOL



A prevalência de consumo binge nos últimos 12 meses (pelo menos uma vez nos últimos 12 meses) é de 10,3 % para o total da população, prevalência similar às verificadas em 2012 e 2017. Este consumo binge verifica-se sobretudo entre os homens e a população com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Um consumo binge mais severo (uma vez ou mais por mês nos últimos 12 meses) é declarado por 6,1 %. Esta prevalência sobe relativamente a 2012 (3,4 %), e a 2017 (5,1 %).

Segundo o CAGE, em 2022 a prevalência da população (15-74 anos) consumidora abusiva ou dependente de álcool é de 3,5 % o que representa, aproximadamente, 259 000 indivíduos. Tem-se verificado, desde 2012, um aumento do consumo abusivo ou dependente entre a população total (0,8 % em 2012; 1,0 % em 2017 e 3,5 % em 2022). Em 2022 só a partir dos 55 anos a prevalência deste consumo binge desce relativamente à anterior aplicação, ainda assim, registando valores acima dos verificados em 2012 nos homens (respetivamente 1,5 % 1,7 % e 5,9 %) e nas mulheres (respetivamente 0,1 %, 0,4 %, e 1,3 %). O consumo abusivo ou dependente também é maior com a idade (com exceção do grupo etário mais idoso – 65-74 anos) sendo particularmente expressivo entre os 35 e os 64 anos, particularmente nos homens.

Aplicando o teste AUDIT à população dos consumidores no último ano, verificou-se que, em 2022, 4,5 % da população apresenta um consumo de bebidas alcoólicas sem risco, 40,3 % um consumo de baixo risco e 12,4 % um consumo de risco médio. É de 3,1 a percentagem de consumidores de risco elevado/nocivo, e de 1,1 % os dependentes alcoólicos. Em 2012 e 2022, o somatório dos consumos de baixo risco e sem risco estabilizam em torno dos 45 % (45,4 e 44,8 %, respetivamente) depois de terem registado uma diminuição entre 2012 e 2017 (42,0 % contra 45,4 %). Pelo contrário, quando consideramos em conjunto os consumos de risco elevado e dependentes (que sobem, nos dois

casos), registamos uma subida gradual dos níveis de risco mais graves: 3,0 % em 2012, 3,6 % em 2017 e 4,2 % em 2022. O consumo de risco elevado e o dependente é mais elevado entre os inquiridos com idades até aos 34 anos. O grupo dos mais velhos, que apresentava em 2017 a mais elevada prevalência de dependência (1,7 %) apresenta na presente aplicação a menor prevalência para este indicador (0,2 %).

DEPENDÊNCIA DA NICOTINA ATRAVÉS DO TESTE DE FAGERSTRÖM



De acordo com os resultados do teste Fagerström, entre 2017 e 2022 os níveis de dependência mais graves baixaram, passando o nível de dependência médio de 13,1 % para 10,5 % e o nível elevado de 2,5 % para 2,2 %. Em contrapartida, o nível de dependência baixo subiu de 12,4 % para 15,5 %. No cômputo final, a proporção de dependentes em qualquer dos níveis manteve-se entre os dois períodos de observação. A redução dos níveis de dependência é mais efetiva no grupo dos jovens adultos, onde o nível baixo se mantém estável, em torno dos 18 %, entre 2017 e 2022, mas descem, de forma expressiva, o nível médio (de 16,4 % para 7,5 %) e elevado (de 3,0 % para 1,7 %). Nesta população, a proporção de dependentes no total diminui efetivamente, passando de 37,4 % em 2017 para 27,4 % em 2022. O nível de dependência elevado desce tanto nos homens como nas mulheres, mas a descida é mais acentuada no caso das mulheres. A descida no nível de risco médio é mais acentuada no caso das mulheres, sobretudo as do grupo mais jovem (15-24 anos). O nível de dependência à nicotina é sempre mais elevado entre os homens.

CONSUMOS DE RISCO DE CANÁBIS – CAST



Na população total, em 2022, o risco elevado associado ao consumo de canábis é de 0,4%, o mesmo de 2017, e próximo do registado em 2012. Os homens representam o essencial desta população com 0,6% em 2022 e 2017 e 0,5% em 2012. Em 2022, ainda, o risco moderado é de 0,3% (próximos dos registados nas aplicações anteriores) e o risco baixo

é de 1,0%, (o que representa um aumento em relação às aplicações anteriores (0,5 % em 2012 e 0,8 % em 2017). O consumo sem risco (0,8%) desceu bastante em relação a 2017 (3%) voltando a valores próximos dos registados em 2012 (1,0 %). As situações em que existe algum risco subiram em 2022 (1,7%) em relação a 2017 (1,4%) e 2012 (1,1%). Esta subida é maior nos homens (2,6, 1,8 e 1,9% respetivamente), tendo havido uma ligeira descida no caso das mulheres (0,6, 0,7 e 0,4%). Estes valores são mais expressivos quando nos concentramos na população mais jovem (15-34 anos). Em 2022, o risco elevado é agora de 1,0 % (subindo em relação aos 0,6 % em 2017 e 0,4 % em 2012); o risco moderado desce para 0,3 % (era de 0,6 % em 2017 e de 0,9 % em 2012); o risco baixo sobe para 1,7% (1,4 % em 2017 e 1,0 % em 2012) e o consumo sem risco baixa de 5,2 em 2017 para 1,8 em 2022. Os riscos são sempre mais elevados nos homens do que nas mulheres. Em 2022, na população dos 15-34 anos, 1,5 % dos homens consomem em situação de risco elevado; 0,5 % em risco moderado e 3,0 % em situação de risco baixo. Ainda na população mais jovem (15-34 anos), no computo total, o consumo de canábis em situação de risco representa 3,0 % em 2022, contra 2,6 em 2017 e 2,3 % em 2012. Estes valores são de 5 % no caso dos homens (contra 3,7 % em 2017 e em 2012) e de 1,1 % no caso das mulheres (que registam uma descida em relação a 2017 (1,4 %). Os consumos de risco são mais elevados nos grupos etários mais jovens. Somando qualquer consumo de risco nos homens, contamos 5,0 % no grupo dos 15-24; 5,1 % no grupo 25-39; 3,1 % no grupo 35-44; 2,4 % no grupo 45-54; 0,9 % no 55-64 e nenhum no grupo 65-74 anos. Nas mulheres estas proporções são as seguintes: 1,2, 0,9, 1,0, 0,6, 0,1 e menos de 0,1%, respetivamente.

TESTE DE DEPENDÊNCIA DE JOGO A DINHEIRO – SOGS



De acordo com esta medida, 53,7 % da população não apresenta qualquer problema de dependência a jogos de fortuna ou azar. Apresentam alguns problemas 1,3 % da população, enquanto 0,5 % tem probabilidade de ser jogador patológico. Comparativamente aos anteriores anos em análise, a prevalência de jogadores com alguns problemas, que havia subido dos 0,3 % para 1,2 % entre 2012 e 2017, mantém-se estável. A prevalência de jogador patológico passou dos 0,3 % em 2012 para os 0,6 % em 2017, situando-se atualmente nos 0,5 %. Para este ligeiro decréscimo contribuiu essencialmente a diminuição da probabilidade de ser jogador patológico entre as mulheres (de 0,4 para 0,1 %). Já entre os homens, essa probabilidade passou de 0,8 para 1,0 %. A probabilidade de ser jogador patológico é superior entre os jogadores do sexo masculino e entre os que têm idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos.

TESTE DE DEPENDÊNCIA À INTERNET (IAT – INTERNET ADDICTION TEST)



O resultado do teste IAT aponta para 68,1 % da população geral como utilizadores diários normais, 6,3 % como utilizadores de Internet ligeiramente dependentes, 0,7 % enquanto utilizadores moderadamente dependentes; não se verificam casos de utilizadores severamente dependentes. Os scores de dependência ligeira e de dependência moderada estão mais presentes entre os mais jovens (15-24 e 25-34 anos) e na população masculina (exceto no grupo decenal 35-44 anos, onde apresentam um score mais elevado entre as mulheres). Comparativamente a 2017, e de acordo com o teste IAT, os utilizadores normais de Internet passaram de 40,9 % para 68,1 % (relembramos que a prevalência de uso de Internet aumentou quase vinte pontos percentuais). Os utilizadores ligeiramente dependentes e moderadamente dependentes aumentaram na presente aplicação de 4,7 para 6,5 e de 0,5 para 0,7 %, respetivamente. Os utilizadores severamente dependentes, que apresentavam uma prevalência inferior a 0,1 %, deixam de figurar na presente aplicação.





JOÃO GOULÃO

Apesar de se verificar um ligeiro aumento da prevalência em alguns indicadores, Portugal encontra-se bem abaixo da média europeia em todas as substâncias... considera estes dados animadores?

João Goulão (JG) – A prevalência que refere aumentou desde 2001, que é o ponto de referência, e não poderia ser de outro modo se considerarmos que a prevalência é o somatório de todas as pessoas que alguma vez na vida experimentaram alguma substância ilícita. Ainda assim, indicadores mais finos, como o consumo nos últimos 30 dias ou no último ano, têm flutuações muito discretas, umas no sentido da subida, outras no da descida e diria que, no cômputo geral, há quase uma estabilidade relativamente ao uso das substâncias ilícitas. O que é para mim, de alguma forma, surpreendente porque os impactos relacionados com as crises sucessivas que vimos vivendo que esperava encontrar neste estudo, apontariam para um aumento deste consumo recente. E também alguma observação a olho nu que todos podemos constatar nas cidades e vilas deste país, com um aumento da visibilidade de populações mais desorganizadas, um fenómeno que parecia ter ficado lá atrás, nas décadas de 80 ou de 90. Ainda assim, fico francamente satisfeito com a apresentação deste estudo, ainda que haja populações que não são tocadas por este inquérito, que é feito com uma metodologia muito rigorosa, mas em casa das pessoas, procurando-se um determinado indivíduo daquela família. É um inquérito transversal, o que significa que não há uma coorte que seja acompanhada ao longo do tempo e, portanto, ainda assim, esta evolução é francamente positiva no sentido da tal estabilidade. Apenas em indicadores relacionados com o uso problemático do álcool é que detetámos neste estudo um agravamento da situação.

E como se poderão combater esses consumos, sendo que Portugal é dos países da UE com os preços das bebidas alcoólicas mais baixos?

JG – É verdade, essa é uma das componentes fundamentais e advogamos uma política de preços relativa às bebidas alcoólicas porque não há dúvida de que o álcool, em Portugal, é disparatadamente barato. O que vimos advogando é que haja o estabelecimento de um preço mínimo por unidade de álcool e que a isenção de determinadas taxas, que nomeadamente no caso do vinho se mantêm em vigor, sejam revistas e estuda-

das. Mas essa é apenas uma componente. Acreditamos em políticas equilibradas entre a redução da oferta e a redução da procura, isto é válido para as substâncias ilícitas e para as lícitas, como o álcool e o tabaco. No que respeita à redução da procura, estamos a falar de prevenção, de oferta de tratamento a todos aqueles que dele necessitam, de desenvolvimento de políticas de redução de riscos e minimização de danos, que têm como objetivo último o aproximar as pessoas mais desorganizadas e motivá-las para a mudança do seu estilo de vida e de políticas de reinserção social. Para tudo isto, precisamos de meios, de um organismo – e vimos advogando, desde 2012, aquando da extinção do IDT, que era um organismo com a responsabilidade de pensar as políticas e de atuar diretamente no terreno com os seus próprios meios, a reconstituição desse organismo. Finalmente, esta equipa ministerial aceitou esse nosso apelo e estamos a trabalhar na concretização da reconstituição de um organismo público dirigido aos comportamentos aditivos e dependências que permita aumentar a eficácia. Para isso precisaremos, a par da reconstituição do organismo, de um reforço de meios, nomeadamente humanos, uma vez que as unidades de terreno se encontram completamente depauperadas em termos de recursos humanos para enfrentar estas questões.

Relativamente a esta população “esquecida”, há relatos de ONG que identificam problemas de consumos entre populações mais vulneráveis, como é o caso de sem-abrigo e migrantes... em que medida correrá este estudo o risco de ficar aquém ao não englobá-los?

JG – Sim, isso foi admitido pela equipa que realizou o estudo... há outras formas de obtermos essa informação e utilizamos outras metodologias para chegarmos a essas populações mais esquecidas.

Quer dizer que os números poderão ser muito superiores se essas populações forem englobadas?

JG – No contexto global da população portuguesa, poderá haver algumas décimas para cima ou para baixo... não haverá um impacto que coloque em causa a veracidade destes números. Como disse, há outras formas de chegar a essas populações, de as identificar e incluir nas estratégias de aproximação. Temos aqui o grosso da fotografia da situação atual do país, mas faltam alguns pixéis para que a fotografia fique mais nítida e isso é oriundo de outras formas. Nós realizamos, por exemplo, inquéritos na população escolar, inquéritos no âmbito do Dia da Defesa Nacional, em que atingimos quase a globalidade do universo dos jovens mancebos de 18 anos que frequentam esse dia, temos equipas de rua e de proximidade que refletem e contribuem para diagnósticos territoriais que se pretendem o mais finos possíveis... com tudo isto, vamos compondo uma fotografia mais nítida da realidade, mas insisto: este é um inquérito fundamental para a orientação das nossas políticas.

Quais são as políticas públicas para lidar com estas populações mais fragilizadas, e volto a dizer que temos tido relatos de organizações do terreno que constataam aumentos dos consumos?

JG – Obviamente, recebemos os mesmos relatos. Em grande medida, essas organizações que refere e que atuam no terreno, são suportadas na sua atuação e enquadradas do ponto de vista técnico por nós, SICAD, e estamos perfeitamente cientes que há populações carenciadas de cuidados e de estruturas e respostas de proximidade que ganhem num primeiro momento a sua confiança e depois as motivem para a mudança. Sendo que para essa mudança têm que haver também estruturas um pouco mais disponíveis do que conseguimos hoje para que as respostas aconteçam.

Relativamente ao jogo, algo já muito normalizado na sociedade portuguesa, quais seriam as respostas desejáveis?

JG – Mais uma vez, remeto para aquilo que vimos advogando: políticas equilibradas entre a área da oferta e a área da procura. Por um lado,

há regulação que é necessário introduzir na ordem jurídica portuguesa. Atualmente, o SICAD tem um mandato, teoricamente, alargado à questão do jogo, mas, no âmbito das estruturas de coordenação nacional, nomeadamente o coordenador para os CAD, que é por inerência o Diretor-Geral do SICAD, não tem ainda um mandato claro. O que significa que, se no âmbito das substâncias ilícitas por exemplo, temos toda a legitimidade para interagir com as várias áreas de intervenção, nomeadamente com as polícias ou os tribunais, na área do jogo essa clarificação ainda não foi feita. Esperamos que, neste pacote legislativo que virá com a criação da nova estrutura, do novo instituto público, venha também a clarificação das estruturas de coordenação nacional e do mandato para que tenhamos uma legitimidade acrescida para interagir com parceiros que, neste momento, colaboram connosco e, justiça lhes seja feita, mas numa base de boa vontade e de voluntariado.

Em que medida poderá também a nova lei do tabaco acrescentar algum contributo?

JG – Importa também clarificar que o SICAD não tem um mandato relacionado com as políticas do tabaco, que continuam a ser conduzidas, e bem, pela DGS. Aqui, estamos novamente a falar do tal equilíbrio entre a oferta e a procura e penso que alguma dificuldade acrescido em termos de oferta poderá ter algum impacto nos números relacionados com o consumo de produtos de tabaco, um daqueles em que se constata uma subida talvez mais importante mas é num contexto mais vasto que essa abordagem deverá ser feita.

Nas suas últimas intervenções, vinha observando consistentemente um recrudescimento dos consumos. O mesmo ouvimos por parte do Diretor do OEDT e pergunto-lhe se estes indicadores voltarão a permitir-lhe dormir mais descansado...

JG – Não porque acho que todos podemos, a olho nu, observar que há populações que, provavelmente, e percebemos porquê, não são incluídas neste estudo mas que existem. Enquanto essas populações mais desorganizadas e mais marginalizadas continuarem os consumos em condições muitas vezes perfeitamente degradantes não podemos dormir descansados. Temos que atuar, temos que ir à procura deles, temos que os motivar. Penso que é fundamental que lhes proporcionemos os níveis

mais básicos de dignidade humana, para que seja possível apelar a uma mudança no estilo de vida.

Qual tem sido aqui o papel da internet, sendo que durante a pandemia acabou por ter até um papel facilitador?

JG – A internet entrou de uma forma mais decisiva nos nossos hábitos, até de comunicação e de trabalho. Temos hoje a facilidade de interagir com colegas remotamente, de trabalhar com eles à distância e também incorporando abordagens através da internet, das redes sociais, interagindo com utilizadores de substâncias ou pessoas que têm outros tipos de comportamentos aditivos e tentamos fazê-lo de uma forma cada vez mais apelativa e mais próxima.

Mais também facilita outros consumos ou comportamentos aditivos, como o jogo...

JG – Sim, não há dúvida de que houve um impacto muito significativo, sobretudo nos tempos da pandemia, em que foi incorporado nos hábitos das pessoas. Quero crer que tenderemos para algum equilíbrio e para colher desses novos instrumentos mais de positivo do que de negativo que podem ter nas nossas vidas.

Apesar de estar relativamente satisfeito, ainda que com um “pé atrás”, a verdade é que há uma ligeira subida do consumo de substâncias ilícitas... o que ainda o justifica?

JG – O que vimos foi uma subida de prevalências ao longo da vida e não poderia ser de outra forma. Se pensarmos que, em cada nova edição do inquérito entram novos participantes, novos inquiridos, em particular os mais jovens, e que saem os mais velhos, em que a probabilidade de terem havido consumos alguma vez ao longo da vida será menor, a prevalência ao longo da vida não pode senão aumentar. Já nos tais indicadores mais finos, 30 dias ou último ano, existem flutuações em ambos os sentidos. Estes indicadores relacionados com o consumo recente são o objeto dos nossos maiores esforços, para que as pessoas deixem de entrar ou de continuar a usar. E aí é um esforço preventivo e a oferta de tratamento àqueles que precisam de ajuda para conseguirem parar.

SICAD FACILITA ACESSO AO TRATAMENTO

MÓDULO INSCRIÇÃO PÚBLICA PERMITE CONTACTO COM EQUIPA À DISTÂNCIA DE UM CLIQUE

O SICAD aproveitou ainda a realização deste evento para apresentar publicamente um novo serviço digital – Inscrição Pública – um serviço online, disponível em computadores ou telemóveis, que irá facilitar o acesso dos cidadãos a respostas existentes. O cidadão poderá inscrever-se diretamente para apoio especializado através do preenchimento de um formulário disponibilizado online, com a possibilidade de escolher a região da equipa com a qual pretenderá interagir, após o qual será contactado. Esta é uma solução desenvolvida pelo SICAD, em colaboração com outros organismos, como as DICAD, que visa uma maior acessibilidade, proximidade e desmaterialização no processo de procura de ajuda por parte de cidadãos que sentem necessidade de recorrer a um serviço especializado em CAD.





O 10.º Congresso da Associação Psiquiátrica Alentejana teve lugar em Castelo de Vide, entre 1 e 3 de junho, subordinado ao tema “Psiquiatria em Ruínas?”.

O SICAD esteve representado pela sua Direção e pela diretora de Serviços de Planeamento e Intervenção. João Goulão, diretor-geral, e Manuel Cardoso, subdiretor-geral, integraram as mesas de abertura e de encerramento, respetivamente. Graça Vilar teve a seu cargo a moderação do painel “Em Ruínas o Tanas!! A Psiquiatria no Olhar dos Novos Psiquiatras”.

A Associação Psiquiátrica Alentejana reúne os profissionais interessados nas diversas problemáticas da psiquiatria e saúde mental no Alentejo. Tem, entre outros propósitos, promover o desenvolvimento de atividades científicas e culturais relacionadas com psiquiatria e saúde mental, e divulgar conhecimento que possa contribuir para melhorar os cuidados de saúde.

A deslocação a Portugal incluiu, igualmente, reuniões com peritos do EMCDDA, PJ e INMLCF.

SICAD MARCOU PRESENÇA NO 5º ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE OCUPACIONAL



A criação e implementação das Linhas Orientadoras para a intervenção em comportamentos aditivos em meio laboral, como documento, enquanto instrumento estruturante na dinâmica de intervenção nacional neste âmbito, foi o tema que Carlos Cleto, da Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária, em representação do SICAD, abordou no 5º Encontro Nacional de Saúde Ocupacional, organizado pela Associação Portuguesa de Enfermeiros, realizado em 11 e 12 de maio.

Focado sobre “Locais de Trabalho Saudáveis e Seguros”, este evento juntou mais de uma centena de profissionais de enfermagem e enfermagem do trabalho, bem como, diferentes stakeholders do contexto laboral, designadamente da área empresarial, autárquica e organizacional.

O documento “Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral” é, genericamente, aceite como um ganho no âmbito da intervenção neste contexto específico, ao integrar as preocupações e sensibilidades do meio laboral, refletindo um conjunto de sugestões que visam dotar as organizações de um referencial técnico-legal, que responde à generalidade das diferentes situações.

TRABALHO DESENVOLVIDO PELO SICAD RECONHECIDO PELA APA

O poster “RECONSTRUÇÃO DE ELLOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE -Substâncias Psicoativas em contexto laboral”, apresentado pela DPI/DPIC (Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção/ Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária) foi distinguido, pelo comité científico do 10º Congresso da Associação Psiquiátrica Alentejana (APA), com o prémio máximo durante a realização do evento, no início do mês.

O estudo descrito no poster demonstra o método implementado pelo SICAD na abordagem ao consumo de álcool e substâncias psicoativas em contexto laboral. A investigação destaca os resultados relevantes que fornecem insights valiosos para a promoção da saúde nessa área específica.



Os autores, Carlos Cleto, Alexandra Almeida Pinto, Patrícia Pissarra e Graça Vilar, em reação à distinção atribuída, consideraram-na um reconhecimento pelo esforço e dedicação permanentes, presente no trabalho desenvolvido.

Destacaram, igualmente, a importância da partilha do conhecimento com a comunidade científica e profissional e manifestaram a esperança de que este prémio proporcione maior visibilidade e oportunidade para divulgar resultados para promover mudanças positivas na abordagem do tema.

DRUG CHECKING: PERSPETIVAS EM PORTUGAL



Divulgação dos resultados do inquérito online europeu sobre drogas – padrões de consumo Portugal 2021

“Drug Checking: perspectivas em Portugal. Resultados do inquérito Online Europeu sobre Drogas – Padrões de Consumo Portugal 2021”, está agora disponível. É uma sinopse que pretende abordar a experiência de utilização do serviço Drug Checking, identificar os benefícios e os motivos para a sua não utilização.

A amostra dos que participaram no inquérito em Portugal, no âmbito do módulo nacional do European Web Survey on Drugs 2021, constituída por 2844 indivíduos, é composta maioritariamente por homens e por pessoas que se identificam com o género masculino, e é tendencialmente jovem.

Entre as pessoas que participaram no estudo e que declararam já ter utilizado serviços de Drug Checking, a grande maioria considerou o serviço muito útil. Entre as vertentes apontadas para esta apreciação, incluem-se, o conhecimento do real conteúdo das drogas que adquiriram, maior informação sobre adulterantes e substâncias de corte, obtenção de informação sobre drogas e potenciais riscos para a saúde, e mudança da maneira como se consome, de forma a diminuir eventuais efeitos negativos na saúde. Para as que declararam nunca ter usado o Drug Checking, a indisponibilidade ou desconhecimento da existência do serviço, foram os motivos mais valorizados, e a desconfiança em relação ao mesmo, os menos.

O Drug Checking ou análise química das drogas é um serviço que se enquadra numa vertente de intervenção em redução de riscos e minimização de danos no consumo de drogas ilícitas. Este serviço permite que a pessoa que pretende consumir uma droga ilícita tenha conhecimento das substâncias que compõem o produto que adquiriu e, desta forma, tomar uma decisão mais informada relativamente ao consumo. Frequentemente, estes serviços estão, por sua vez, associadas a outros serviços ou intervenções de redução de riscos e minimização de danos.

O inquérito online europeu sobre drogas tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os padrões de utilização de drogas ilícitas, visando a melhor adequação das políticas públicas.

SICAD PROMOVEU WORKSHOP DO PROJETO DRUG-PREP



Decorreu no SICAD, a 22 de junho, um workshop do projeto europeu DRUG-PREP (Strengthening PREParedness of DRUG information systems and drug policy capacities to respond to emerging drug trends and challenges), financiado pela Comissão Europeia, que o SICAD (DMI/DEI) integra. Enquadrado no Work Package 3 (Investigação sobre a situação futura relativamente aos Sistemas Nacionais de Informação sobre Drogas), teve como objetivo refletir sobre megatendências emergentes, com impacto no futuro do fenómeno das drogas e da política nacional até 2030.

Organizado pelos coordenadores portugueses do projeto (Alcina Correia, Vasco Calado e Elsa Lavado), contou com a participação da direção e dos dirigentes do SICAD, além de representantes das DICAD das ARS Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, e Alentejo.

O projeto DRUG-PREP, iniciado em janeiro de 2022 e com uma duração prevista de dois anos, é constituído por parceiros de seis países (Países Baixos, Bélgica, Finlândia, Chéquia, Irlanda e Portugal), cabendo a coordenação geral do projeto ao Trimbos Institute, dos Países Baixos. Pretende contribuir de forma inovadora para o reforço da robustez dos sistemas de informação sobre drogas, assim como fundamentar a formulação de políticas eficazes, por via da antecipação de cenários futuros, para antecipação de respostas.

FORMAÇÃO SICAD – QUESTÕES DE CONSUMO DE ÁLCOOL EM CONTEXTO NOTURNO

Decorreu entre 29 de maio e 1 de junho a formação “Questões de consumo de álcool em contexto noturno”. Dirigida a profissionais de intervenção em contextos de consumo de álcool, da indústria do álcool e de lazer noturno, contou com 34 formandos.

Enquadrada numa das atribuições do SICAD que visa promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, teve como formadoras, Cristiana Vale Pires, investigadora integrada na FEP da Universidade Católica Portuguesa, membro-fundador da Associação Kosmicare, licenciada em psicologia, mestre e doutorada em antropologia, e Ana Vieira da Silva, assistente graduada sénior de saúde pública | Unidade de Alcoologia.

Capacitar os profissionais da área dos CAD de conhecimentos teórico-práticos em matéria do consumo de álcool em contextos noturnos, permitindo o desenvolvimento de competências e a tomada das melhores decisões, em situações problemáticas de consumo de álcool nestes contextos, foram os objetivos desta formação

CURSO EXECUTIVO DE POLÍTICA DE DROGAS DE 2023 DO GRUPO POMPIDOU



O segundo módulo do Curso Executivo de Política de Drogas, decorreu de 6 a 9 de junho, em Estrasburgo, e contou com a participação de representantes de 22 países. Portugal e o SICAD estiveram representados por Patrícia Pissarra, responsável pela Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária, que contribuiu com a sua perspetiva e enriqueceu as discussões, oferecendo um olhar único sobre as políticas de drogas em Portugal.

O módulo 2, dedicado à área de competência “Política: Saúde, Segurança, Direitos Humanos” teve como objetivo principal promover uma compreensão abrangente das políticas de drogas e sua integração com estas três áreas. O relevo dado à importância do respeito pelos Direitos Humanos em todas as fases do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação das políticas, teve um dos seus momentos marcantes na visita ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, cuja Convenção Europeia foi ratificada por Portugal em 9 de novembro de 1978, data em que entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa.

Reconhecido internacionalmente como uma plataforma importante para o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre países, promovendo a cooperação global na busca de abordagens eficazes e humanitárias para a questão das drogas, este curso terá o seu terceiro, e último módulo, no próximo mês de outubro.

O Curso Executivo de Política de Drogas, é uma iniciativa do Grupo Pompidou, do Conselho da Europa, cuja presidência foi exercida por Portugal, entre 2019 e 2022.

VIDEOCONFERÊNCIA SICAD ABORDOU RISCOS E DESAFIOS DO USO DE CANÁBIS E RESPOSTAS DISPONÍVEIS

“Riscos e desafios do uso de canábis. Respostas disponíveis” foi o tema da videoconferência SICAD realizada a 16 de junho, que contou com 393 participantes.

Na abertura, Manuel Cardoso, subdiretor-geral do SICAD, salientou a oportunidade e importância desta reflexão, muito útil para o pensar de futuras políticas, lembrando que a canábis é a terceira mais consumida no mundo, a seguir ao álcool e ao tabaco. Concluiu referindo que 8% dos europeus, 22 milhões de indivíduos, dizem ter consumido canábis no último ano, e que de todos os que estão em tratamento, um terço, é devido ao seu consumo ou por considerarem que o mesmo é problemático.

Ludmila Carapinha destacou o riquíssimo painel de conferencistas e fez um breve enquadramento do tema, recordando que a canábis é a droga ilícita mais consumida em Portugal, principalmente por homens e jovens, e que nos últimos anos se verificou um aumento da prevalência de consumo, uma maior procura de tratamento pelos seus utilizadores e, em contraposição, uma diminuição das contraordenações.

A significativa alteração verificada nesta planta no que aos seus componentes diz respeito, a adequação da intervenção e do discurso com os diferentes tipos de utilizadores, o considerável aumento dos surtos psicóticos motivados pelo seu consumo, a desmistificação do consumo de canábis e o desmontar do discurso dos utilizadores, o trabalho desenvolvido no âmbito das Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência, as experiências com o programa CANDIS, desenvolvido no Centro Hospitalar de São João, no Porto, e com a consulta de aconselhamento breve, psicológica e de redução de riscos, desenvolvida pela Associação Kos-



micare, ambas iniciadas em 2019, foram alguns dos aspetos desenvolvidos.

Para o futuro foi manifestada a necessidade de maior prevenção em momento muito precoce, para além da indicada; uma maior diversificação em programas de abstinência; e aproveitamento dos espaços digitais de convivência e partilha juvenil para dar informação sobre a canábis.

Esta edição foi dinamizada por Cristiana Vale Pires, psicóloga, mestre e doutorada em antropologia, investigadora no Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano e docente convidada na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. É membro-fundador da Kosmicare; Cátia Lima, psicóloga clínica, da CDT do Porto; Manuel Gonçalves Pinho, médico no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e professor auxiliar de psiquiatria, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; e João Borges, médico assistente hospitalar de psiquiatria do Centro Hospitalar Universitário de São João e doutorando no Programa Doutoral de Neurociências da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. A moderação esteve a cargo de Ludmila Carapinha, psicóloga, da Divisão de Estatística e Investigação do SICAD.



OEDT ASSINALA DIA INTERNACIONAL CONTRA O ABUSO E TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

Cumprindo uma tradição que vem de longe, o OEDT assinalou em Lisboa a comemoração do Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas com a receção, na sua sede, em Lisboa, de diversas entidades e personalidades com responsabilidades acrescidas face aos cargos que ocupam no exercício das suas funções. Numa altura em que a agência se prepara para o desafio inerente a uma fase de transição no seio da UE, que ditará a atribuição de novas competências e recursos, foram os desafios inerentes ao combate ao tráfico e ao consumo que estiveram presentes nos discursos de Alexis Goosdeel, Diretor do EMCDDA, e de Manuel Pizarro, Ministro da Saúde de Portugal...

ALEXIS GOOSDEEL



“Estimados colegas, é um grande prazer para mim dar-vos as boas-vindas no vosso Observatório, que por acaso serão as últimas em que falamos enquanto Observatório porque, a partir do próximo ano, iremos transformar-nos na nova Agência Europeia Sobre Drogas.

Estamos a viver momentos muito importantes e interessantes, sobretudo face a mudanças que acontecem relacionadas com o tema das drogas, seja ao nível da UE ou fora desta, com um impacto visível e por vezes invisível

sobre a nossa situação, inclusive cá, em Portugal.

Para caracterizar a situação da evolução das drogas na UE, utilizamos três palavras em inglês: everywhere, everything, everyone... everywhere porque as drogas estão hoje por todo o lado, não só por serem transportadas até Portugal até à UE, mas também devido à alta produção de drogas e de qualquer tipo de substâncias no território da UE. Também qualquer substância porque, hoje em dia, não é tão válida a diferença entre drogas ilícitas ou lícitas, entre hard drugs ou soft drugs, ou drogas de origem vegetal ou química ou até mesmo substâncias que ninguém iria imaginar que poderiam ser objeto de uma conduta aditiva e, apesar disso, serem a causa de problemas de adição e, em muitos casos também, de consequências negativas para a saúde. O terceiro termo, todos, ilustra infelizmente o facto de, hoje, devido ao everywhere e ao everything, cada um de nós podermos ter, a nível pessoal, da família, dos amigos ou colegas, um problema mais agudo ou crónico resultante de uma conduta aditiva. E, noutro elemento muito recente no território da UE, cada um de nós pode viver consequências da violência relacionada com drogas. Há 8 ou 10 anos, quando a UE falava numa estratégia sobre violência relacionada com drogas, referia-se à América Central. Hoje, é um problema que existe em todos os países da UE e que se tornou um novo desafio mas também uma nova ilustração da importância do tema da droga para as atividades do crime organizado.

Isto origina consequências, uma das quais a necessidade de aprender, desenvolver, encontrar novos modos de tratamento, de prevenção, de redução de danos para aquelas novas substâncias. E também o muito importante desafio para uma Europa que, ao longo dos últimos 30 a 35 anos, perdeu relativamente ao que seria uma resposta melhor coordenada. Temos aprendido muito, temos desenvolvido muitas coisas, até ao ponto de o problema original, a epidemia de heroína, nos anos 70 e 80, ter ficado mais ou menos controlado e muito menos visível. Lembro-me de, nessa altura, ter trazido o ministro da saúde da Bélgica numa visita aos primeiros problemas e ao Casal Ventoso... felizmente, o Casal Ventoso pertence ao passado, mas não desapareceu. Um país como Portugal, desenvolvido e que oferece muitas respostas na prevenção, na luta contra o tráfico, no tratamento, na redução de danos... e na descriminalização! Também acho muito significativo que se verifique em Portugal, passados 22 anos, um consenso por parte de todos os partidos políticos sobre o que tem que ser a política portuguesa.

Por último, uma característica que serve de exemplo para muitos países da UE e fora desta é o facto de Portugal ter uma prática e política de avaliação da sua estratégia e plano de ação baseada sobre factos, sobre dados, sobre a evidência científica, o que significa que, se a situação mudar, não teremos que atirar tudo ao lixo mas antes readaptar-nos”.



MANUEL PIZARRO. MINISTRO DA SAÚDE

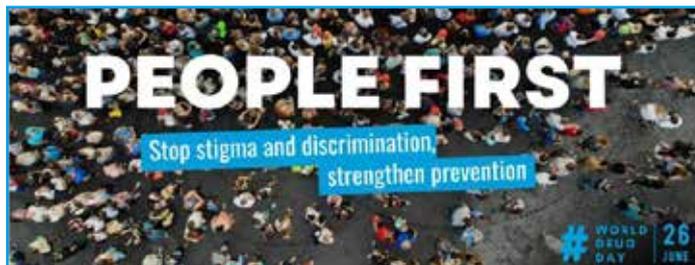


“Claro que é com um grande prazer que estou perante vós neste Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas. O tema eleito para este ano, “People first, stop stigma and discrimination” resume exemplarmente o que deverá ser sempre a nossa prioridade. Na nossa resposta ao problema das drogas, temos de priorizar o bem-estar dos cidadãos, reconhecendo as suas vulnerabilidades e percebendo que estamos perante vítimas de um negócio com consequências devastadoras. Portugal permanece como um exemplo brilhante quanto a colocar as pessoas em primeiro lugar. Em 2001, há mais de 20 anos, tomámos o pioneiro passo de descriminalizar a dependência de drogas, a posse e o consumo. Este passo foi acompanhado por uma significativa ampliação da oferta pública de serviços a vários níveis, incluindo prevenção, tratamento, redução de riscos e inclusão social. Ao fazê-lo, não apenas introduzimos uma nova perspetiva de intervenção a esse nível, fomos o primeiro país a descriminalizar o consumo e a posse para autoconsumo, mas também fomos bem-sucedidos ao mitigarmos um profundo problema social que afetava famílias de qualquer condição de vida ou classe social. Mais: esta abordagem desempenhou um especial papel no que concerne à resposta às epidemias de VIH e VHC. Muitos de nós, crescidos nos anos 80 e 90 testemunhámos o devastador peso que as drogas podem representar para os nossos amigos e familiares. É imperativo que não enfraqueçamos nesta nossa luta e que não voltemos a essa situação. Em Portugal, continuamos a reconhecer a necessidade de reforçar os nossos recursos e equipas neste domínio. Estamos, felizmente, a trabalhar na reforma da nossa estrutura nacional no âmbito dos CAD, em cooperação com todos os parceiros, incluindo a sociedade civil e reforçando a competência dos serviços locais, para que sejam capazes de melhor responder às pessoas dos mais diversos perfis, que usam as mais diversas drogas e com idades ainda mais avançadas, o que poderá obrigar-nos a responder a outras necessidades, mais exigentes em termos de saúde, de inclusão social e profissional. Neste momento, enfrentamos novas drogas e adições, é verdade, mas também temos que continuar a lidar com essas pessoas mais idosas, aditas a diferentes tipos de drogas, incluindo a heroína.

Atualizados no tratamento e nas suas melhores práticas, podemos provavelmente celebrar os nossos resultados. A nível europeu e internacional, enfrentamos novos desafios que nos devem preocupar. A

emergência de drogas sintéticas e a utilização das redes sociais, na dark web, para o tráfico, exigem a nossa atenção coletiva. Temos seguido, com atenção, a presença, em outros países, de fentanil e outros opióides sintéticos. Sabendo que vivemos num mundo globalizado e sabendo que essas realidades podem cá chegar ou até ficar mais prevalentes na Europa num futuro próximo... As Nações Unidas informam-nos que mais de 13 milhões de pessoas injetaram drogas em 2021, 18% mais do que em 2020. Temos uma geração de utilizadores de drogas envelhecidos que necessitam de uma política de cuidados de saúde abrangente no domínio das drogas. E, tal como outros países, estamos a enfrentar desafios relacionados com a resposta ao uso de estimulantes, com poucas ferramentas farmacológicas para este trabalho. Para ultrapassarmos estas batalhas, temos de manter-nos unidos, demonstrar solidariedade e colocar os direitos humanos e o bem-estar dos cidadãos em primeiro lugar. Não sucumbamos a uma perspetiva simplista, preto e branco. Mas antes lutar para compreendermos as complexidades deste tema.

A criação da nova agência da UE para as drogas, que transformará o existente EMCDDA numa agência completamente desenvolvida irá fortalecer os nossos esforços e facilitar ações coordenadas. Continuando esta jornada em conjunto, continuaremos a combater as drogas, reconhecendo que o nosso foco deverá estar orientado para o suporte daqueles que lidam com uma adição e envolvendo-os também em decisões relacionadas com a sua recuperação, em vez de os estigmatizar ou culpar. Por isso, criaremos, novamente, em Portugal, este ano, um instituto nacional para as drogas e a toxicod dependência, porque reconhecemos que necessitamos de um braço operativo mais forte neste domínio. Estamos comprometidos com os mesmos princípios humanitários que estiveram na base da construção da estratégia nacional, há mais de 20 anos: lutar contra as drogas, não contra as pessoas!”



O Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas é celebrado anualmente a 26 de junho e procura fortalecer a ação e a cooperação para alcançar um mundo livre do abuso de drogas.

O tema para 2023 é «As pessoas em primeiro lugar: acabar com o estigma e a discriminação, reforçar a prevenção», o objetivo da campanha deste ano é aumentar a sensibilização para a importância de tratar as pessoas que consomem drogas com respeito e empatia, prestar serviços voluntários para todos, oferecer alternativas à punição, dar prioridade à prevenção e liderar com compaixão. A campanha também tem como objetivo combater o estigma e a discriminação contra as pessoas que consomem drogas, promovendo uma linguagem e atitudes respeitadas e sem juízos de valor.

Cada vez mais indivíduos, comunidades e organizações em todo o mundo se juntam para apoiar esta causa, procurando aumentar a consciencialização sobre o problema que as drogas ilícitas representam para a sociedade.

Este Dia foi proclamado através da Resolução 42/112 adotada na Assembleia Geral da ONU de 7 de dezembro de 1987, de forma a dar expressão ao objetivo de uma sociedade internacional livre do uso de drogas.



MAIOR DIVERSIDADE NA OFERTA E NO CONSUMO DE DROGAS CRIA NOVOS DESAFIOS PARA A EUROPA

Maior diversidade na oferta e no consumo de drogas está a criar novos desafios para a política em matéria de drogas e para os cuidados de saúde na Europa. Este é um dos temas em destaque pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência (EMCDDA) no lançamento do seu Relatório Europeu sobre Drogas 2023: Tendências e Evoluções, em Bruxelas, no dia 16 de junho. O relatório apresenta a mais recente panorâmica da situação em matéria de droga na Europa, analisando as principais tendências e as ameaças emergentes.

A disponibilidade de drogas continua a ser elevada em todos os tipos de substâncias e a escala e complexidade da produção de drogas ilícitas na Europa continua a aumentar. As pessoas que consomem drogas estão agora expostas a uma gama mais vasta de substâncias psicoativas, frequentemente de potência e pureza mais elevadas. Como estas podem ser vendidas em pós ou comprimidos de aspeto semelhante, os consumidores podem não saber o que estão a consumir. O relatório sublinha a necessidade de estratégias eficazes de comunicação dos riscos para alertar os consumidores em relação aos danos para a saúde associados às novas substâncias, às interações com outras drogas e a produtos de elevada potência.

A análise abrange uma vasta gama de drogas ilícitas, dos opiáceos e estimulantes aos novos produtos de cânabis e às drogas dissociativas (por exemplo, cetamina). Apresenta igualmente uma atualização sobre as novas substâncias psicoativas (NSP), que continuam a representar um desafio para a saúde pública na Europa. Em 2022, foram registadas pela primeira vez 41 novas drogas através do Sistema de Alerta Rápido da UE (EWS), elevando o número total de NSP monitorizadas pela agência para 930.



A Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, afirma: “A criminalidade organizada associada à droga constitui uma grave ameaça para a sociedade e estou extremamente preocupada com o facto de as substâncias consumidas atualmente na Europa poderem ser ainda mais prejudiciais para a saúde do que no passado. O Relatório Europeu sobre Drogas 2023 descreve a forma como os Estados-Membros estão a apreender quantidades recorde de drogas ilícitas. As minhas recentes visitas a portos marítimos europeus e à América Latina evidenciaram que os traficantes de droga continuam a infiltrar-se nas cadeias de abastecimento, explorando os trabalhadores e afetando negativamente as comunidades através da violência e da corrupção. É fundamental que a UE coopere com países terceiros na luta mundial contra o tráfico de droga. É também oportuno que o EMCDDA esteja agora a ser dotado de um mandato e de um papel internacional mais reforçado para acompanhar este problema da droga em constante evolução”.

O relatório sublinha a necessidade de melhorar os dados forenses e toxicológicos para uma melhor compreensão das ameaças decorrentes das novas e potentes substâncias sintéticas, das misturas de drogas, das substâncias adulteradas, dos mercados de drogas em mudança e dos padrões de consumo. No âmbito do seu novo mandato,

em 2024, a agência lançará uma rede europeia de laboratórios forenses e toxicológicos para reforçar a capacidade neste domínio.



Alexis Goosdeel, Diretor do Observatório, afirma: “O relatório deste ano deixa-nos um lembrete claro de que os problemas relacionados com drogas ilícitas estão presentes em toda a nossa sociedade. Resumo isto com a frase: Em todo o lado, Tudo, Todos. As drogas ilícitas tradicionais estão agora amplamente acessíveis e continuam a surgir novas substâncias potentes. Praticamente tudo o que contém propriedades psicoativas pode aparecer no mercado das drogas, muitas vezes com rótulos errados ou em misturas. É por esta razão que as drogas ilícitas podem afetar qualquer pessoa, quer diretamente através do consumo, quer indiretamente, através do seu impacto nas famílias, comunidades, instituições e empresas. Além disso, elas expõem cada vez mais os nossos cidadãos à violência relacionada com a droga e suas consequências. Hoje, destacamos os desafios colocados pelos estimulantes, pelas drogas sintéticas e pelos novos produtos de cânabis. É fundamental que aumentemos os testes forenses e toxicológicos para melhor detetar as ameaças emergentes e salvaguardar a saúde pública. Precisamos também de investir mais em serviços, que são agora chamados a responder a necessidades mais diversificadas e complexas”.



NOVOS DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA RELATIVA À CANÁBIS NUM MERCADO COMPLEXO

O âmbito das políticas relativas à cannabis na Europa está a alargar-se gradualmente, abrangendo agora não só o controlo da cannabis ilícita, mas também a regulamentação da cannabis e dos canabinóides para fins terapêuticos e outros (por exemplo, cosméticos, produtos comestíveis). Atualmente, cinco Estados-Membros da UE (República Checa, Alemanha, Luxemburgo, Malta e Países Baixos) e a Suíça estão a introduzir, ou planeiam introduzir, novas abordagens para regulamentar a oferta de cannabis para uso recreativo. Estas alterações, des-



critas no relatório, sublinham a necessidade de investir na monitorização e na avaliação para compreender plenamente o seu impacto na saúde pública e na segurança. A canábis continua a ser a droga ilícita mais utilizada na Europa. Estima-se que cerca de 8 % (22,6 milhões) dos europeus adultos (15–64 anos) consumiram canábis no último ano. Em 2021, as quantidades de resina de canábis (816 toneladas) e de canábis herbácea (256 toneladas) apreendidas na UE atingiram o seu nível mais elevado numa década, o que sugere uma elevada disponibilidade desta droga. Na Europa, estima-se que 97 000 clientes submeteram-se, em 2021, a algum tipo de tratamento da toxicod dependência por problemas relacionados com o consumo de canábis. Os novos produtos de canábis estão a colocar desafios à saúde pública. Alguns produtos vendidos no mercado ilícito como a canábis natural podem ser adulterados com canabinóides sintéticos potentes, criando riscos de intoxicação. Além disso, extratos e produtos comestíveis de elevada potência têm sido associados a casos de intoxicação aguda nos serviços de urgência hospitalar. Em 2022, o hexahidrocanabinol (HHC) tornou-se o primeiro canabinóide semi-sintético reportado na UE. Foi identificado em dois terços dos Estados-Membros e, em alguns países da UE, é vendido como uma alternativa «legal» à canábis. Desde outubro de 2022, o HHC tem sido objeto de uma monitorização intensiva no âmbito do Sistema de Alerta Rápido da EU (EWS) para uma melhor compreensão dos potenciais riscos para a Europa.



APREENSÕES RECORDE DE COCAÍNA E PREOCUPAÇÃO CRESCENTE COM O CONSUMO DE ESTIMULANTES SINTÉTICOS

O tráfico de grandes volumes de cocaína através dos portos marítimos europeus em contentores comerciais está atualmente na origem da elevada disponibilidade desta droga. Há receios de que esta situação possa contribuir para o aumento do consumo de cocaína, dos danos para a saúde e da criminalidade relacionada com a droga. Em 2021, foi apreendida

a quantidade recorde de 303 toneladas de cocaína pelos Estados-Membros da UE. A Bélgica (96 toneladas), os Países Baixos (72 toneladas) e a Espanha (49 toneladas) foram responsáveis por quase 75 % da quantidade total apreendida. Os dados preliminares relativos a 2022 mostram que a quantidade de cocaína apreendida em Antuérpia, o segundo maior porto marítimo da Europa, aumentou de 91 toneladas em 2021 para 110 toneladas. Os dados disponíveis sugerem que os grupos de criminalidade organizada visam também e, cada vez mais, portos de menor dimensão de outros países da UE, e de países que fazem fronteira com a UE. O fabrico ilícito de cocaína na UE está a ganhar importância, tendo sido desmantelados 34 laboratórios de cocaína em 2021 (23 em 2020), alguns dos quais de grande dimensão.

A cocaína é a droga estimulante ilícita mais consumida na Europa, tendo sido consumida por cerca de 1,3% (3,7 milhões) dos adultos europeus (15-64 anos) no último ano. Foi a substância mais comum associada a casos de intoxicação aguda nos serviços de urgência hospitalar em 2021, sendo referenciada em 27 % dos casos. Há também alguns sinais de que o consumo de cocaína injetável e de cocaína-crack está a tornar-se mais comum nos grupos marginalizados em alguns países, o que exige uma intensificação das respostas de redução de danos. Estima-se que, em 2021, terão ocorrido 7 500 internamentos para tratamento da dependência do crack. A maior variedade de estimulantes sintéticos agora disponíveis no mercado ilícito está a aumentar os riscos para a saúde pública. Historicamente a anfetamina tem sido o estimulante sintético mais consumido na Europa. No entanto, há sinais de que tanto a metanfetamina como as catinonas sintéticas estão agora a contribuir de forma mais significativa do que no passado para os problemas gerais da Europa relacionados com os estimulantes. O relatório refere também que os estimulantes são agora injetados com maior frequência, por vezes combinados com a heroína ou outros opiáceos. A compreensão dos danos associados à alteração dos padrões de consumo das drogas injetáveis será fundamental para a definição de intervenções que reduzam os danos associados a este comportamento.



POTENCIAIS RISCOS PARA A SAÚDE DE SUBSTÂNCIAS MENOS CONHECIDAS

A cetamina, utilizada como anestésico e analgésico na medicina, tornou-se a droga recreativa de eleição mais tradicional em alguns

contextos. É habitualmente inalada e, por vezes, é encontrada adicionada a outras misturas de droga, incluindo os pós e comprimidos de MDMA. Os consumidores de longa duração de cetamina podem ter problemas de saúde (por exemplo, lesões na bexiga). O aumento do consumo recreativo de óxido nítrico («gás do riso») em algumas regiões da Europa está a suscitar preocupações em matéria de saúde. Uma análise recente do EMCDDA chamou a atenção para os riscos associados a esta droga, que parece ser agora mais acessível, mais barata e mais popular entre alguns jovens. Estes riscos podem incluir intoxicações, queimaduras e lesões pulmonares e, em alguns casos de consumo prolongado, danos no sistema nervoso. Existe um argumento de peso para que os serviços de prevenção da toxicod dependência e de redução de danos incluam esta substância no seu trabalho. As abordagens reguladoras da venda e do consumo desta substância variam de país para país. O relatório hoje publicado analisa também o interesse crescente no potencial terapêutico das drogas psicadélicas. Embora haja investigação promissora sobre o potencial destas substâncias no tratamento de diferentes problemas de saúde mental, o relatório salienta o risco de programas não regulamentados estarem a ser aplicados dentro e fora da UE. O interesse crescente por este tema pode encorajar uma maior utilização experimental destas substâncias sem apoio médico, colocando potencialmente em risco alguns indivíduos vulneráveis.



OS PROBLEMAS RELACIONADOS COM OS OPIÁCEOS NA EUROPA ESTÃO A EVOLUIR

A heroína continua a ser o opiáceo ilícito mais consumido na Europa, mas existe também uma preocupação crescente com o consumo de opiáceos sintéticos em algumas áreas. Muitos opiáceos sintéticos são extremamente potentes e representam um risco de intoxicação e de morte. São necessárias apenas pequenas quantidades para produzir milhares de doses, o que torna estas substâncias muito mais lucrativas para os grupos do crime organizado. Os novos opiáceos sintéticos não controlados continuam a aparecer no mercado europeu de droga, com um total de 74 identificados desde 2009. Nos últimos anos, a maioria das substâncias opiáceas recentemente identificadas, e reportadas no Sistema de Alerta Rápido da EU (EWS) eram opiáceos benzimidazóis (nitazenos) extremamente potentes. Em comparação com a América do Norte, os novos opiáceos sintéticos (por exemplo, os derivados do fentanil e os nitazenos) desempenham atualmente um papel relativamente pequeno no mercado global de droga europeu, embora constituam um problema significativo em alguns países.

ENTRA IMAGEM DE NSP

Novos opiáceos sintéticos (incluindo os benzimidazóis e os derivados do fentanil) têm sido associados ao aumento do número de mortes por overdose nos Países Bálticos. Na Estónia, foram encontrados

novos opiáceos sintéticos em misturas contendo uma benzodiazepina e o sedativo animal xilazina. Estas combinações, conhecidas, respetivamente, por «benzo-dope» e «tranq-dope», foram associadas a mortes por overdose na América do Norte. O relatório refere que: «... ainda que atualmente os problemas nesta área sejam relativamente limitados, este grupo de substâncias representa uma ameaça, com potencial para no futuro afetar de forma mais significativa a saúde e a segurança europeias». Atualmente, a disponibilidade de heroína continua a ser elevada. A quantidade de heroína apreendida pelos Estados-Membros da UE mais do que duplicou em 2021, para 9,5 toneladas, ao passo que a Turquia apreendeu a quantidade recorde de 22,2 toneladas. Quase toda a heroína consumida na Europa provém do Afeganistão, onde os talibãs anunciaram a proibição do cultivo da papoila do ópio em abril de 2022. Embora seja demasiado cedo para dizer de que forma o mercado europeu de heroína será afetado pela proibição, há receios de que qualquer escassez na disponibilidade da droga possa ser associada a um aumento da oferta e da procura de opiáceos sintéticos.



Franz Pietsch, Presidente do Conselho de Administração do EMCDDA, conclui: "O relatório hoje publicado é um recurso essencial para obter uma visão estratégica da situação europeia em matéria de drogas e das suas implicações para a saúde pública e para a segurança. O lançamento do relatório ocorre num momento crucial, em que o EMCDDA se prepara para um novo mandato e para um novo futuro. Aguardamos com expectativa a implementação desta nova e promissora missão, que permitirá à agência expandir as suas capacidades de monitorização, reforçar a preparação da UE e ajudar a desenvolver competências para melhorar as intervenções no domínio da droga".



ENTREVISTA COM ISABEL SANTOS, EURODEPUTADA: “CRIAÇÃO DA NOVA AGÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA AS DROGAS É UM PASSO NA DIREÇÃO CERTA”



Está em curso a renovação e reforço de competências do brevemente ex-OEDT. A Agência da União Europeia para as Drogas será, a partir de 12 de julho de 2024, a nova designação do organismo da UE para as drogas e, de acordo com a eurodeputada Isabel Santos, interveniente muito ativa no processo de criação, resultará num organismo dotado de mais recursos, de maior capacidade de antevisão de novas tendências e de uma mais rápida e maior capacidade de produção de informação e de resposta rápida face a situações urgentes sinalizadas. Em entrevista à Dependências, Isabel Santos revela otimismo face ao que considera um passo na direção certa...

Que importância assume a criação desta Agência da União Europeia para as Drogas?

Isabel Santos (IS) – Assume uma grande importância, desde logo porque representa o reconhecimento do sucesso dos 28 anos de funcionamento do Observatório Europeu para as Drogas e Toxicodependência, mas também o reconhecimento da necessidade de, darmos um passo decisivo em frente, algo que vem ao encontro da reflexão que vinha a fazer-se nos últimos anos e que ocorre num momento em que enfrentamos grandes desafios nas nossas sociedades, com o aumento das drogas disponíveis, em quantidade e variedade, a necessidade de prevenir cada vez mais e de atuar de uma forma prospetiva. Ou seja, atuarmos não de uma forma reativa, mas preventiva, relativamente ao que possam ser as novas tendências, tanto ao nível dos consumos, como dos mercados. Para isso, era necessário – já se sentia há muito – dotar a agência de uma nova missão, reforçada, e de mais recursos financeiros, que permitam ampliar os recursos humanos e técnicos para que possa providenciar aos estados e instituições da UE informação baseada em factos científicos que nos possam suportar no desenho de políticas públicas. E que nos possam suportar nesse desenho de políticas públicas com um olhar

para o momento presente e também para o futuro, de forma que possamos antecipar os problemas e estar preparados para responder quando surgirem. É isso que está a acontecer.

Em que medida estará essa preocupação relacionada com o quase diário surgimento de novas substâncias psicoativas na Europa?

IS – Sim, não só na Europa como no mundo... vemos o que está a acontecer nos EUA, na América Latina, no mundo... há uma evolução tecnológica e de conhecimento que faz com que, também a este nível, surjam com grande rapidez novas substâncias e novas formas de as fazer circular. E não podemos ser insensíveis ao facto de a darknet ou a própria internet colocarem substâncias à disposição das pessoas, com grande facilidade, muitas vezes até na forma de medicamentos ou com má rotulagens.

Esta agência substitui o Observatório ou reforçará as competências e intervenções do mesmo?

IS – Substitui e reforça. A partir do dia 12 de julho, o Observatório entrará numa fase de transição, que durará um ano, e ao fim da mesma já estará em plenas funções. Dará lugar a uma instituição nova, com uma missão reforçada relativamente ao que acontecia até aqui, que visa obter mais eficiência, mais capacidade de ação e resposta, de antecipar tendências, porque terá igualmente mais capacidade de recolher dados, uma vez que terá uma rede reforçada de pontos focais. A partir da obtenção desses dados, terá uma maior capacidade de produção de informação e de a colocar ao dispor do poder político. Terá também maior capacidade de atuar ao nível da prevenção e da emissão de alertas rápidos e, com isso, limitar riscos e danos e dar uma resposta mais atempada, tanto no combate à criminalidade, como na área da saúde. Esse foi, aliás, um dos grandes contributos do Parlamento Europeu no âmbito do diálogo com a Comissão Europeia e com o Conselho Europeu, procurando que a intervenção na área da saúde pública, da reabilitação e da reinserção social caminhasse ao lado da segurança. Porque o primeiro texto, que vinha da Comissão Europeia era muito focado na dimensão securitária da abordagem do fenómeno e conseguimos reforçar a dimensão da saúde e da reinserção social ao longo de todo o projeto e, além disso, também reforçamos a cooperação e diálogo com a sociedade civil.

Na sua intervenção no Parlamento, afirmou que este era “um passo na direção certa, numa abordagem equilibrada, integrada e multidisciplinar” ... o que pretendia transmitir com isto?

IS – É o caminharmos alinhados pela visão de que este é um problema complexo, que alia diversas dimensões: da segurança, da saúde pública, mas também a dimensão social, desde o tratamento à reinserção social. Gostaria também de salientar o reforço da cooperação e do diálogo com a sociedade civil, que pode ser seguramente um agente de informação relevante para a identificação da forma como se desenvolvem alguns fenómenos. E é seguramente um agente valiosíssimo em diálogo com a agência, na prevenção, na reabilitação e na reinserção social... a sociedade civil não poderia ficar fora do processo. Houve uma longa discussão sobre a forma como poderíamos fazê-lo, até porque tínhamos de conjugar visões muito diferentes e conseguimos chegar a uma solução que me parece muito equilibrada e que, bem potenciada, poderá ser muito eficaz e facilitadora. E resultará, entre outros, na

criação de um ponto focal no Observatório, que terá a seu cargo promover este diálogo e recolher toda a informação vertida pela sociedade civil e, ao mesmo tempo, dar informação sempre que é importante.

Presumo que esta nova agência continue a eleger como foco as substâncias ilícitas...

IS – Sim, as ilícitas e também os consumos de outras substâncias que, sendo lícitas, são prejudiciais porque são utilizadas fora do contexto, não num contexto terapêutico, mas noutra e com efeitos nocivos...

A minha questão prende-se com essa dificuldade de intervenção a que sempre assistimos por parte do Observatório: existem policonsumos, em que álcool, e até outras substâncias, assume uma cada vez maior preponderância, mas as competências do Observatório incidem sempre sobre as ilícitas, ainda que represente um problema de saúde pública... Por que continuamos a ignorar esse fenómeno?

IS – Não será ignorado, na medida em que há uma abordagem às tendências e, na mesma, surge informação sobre a utilização dessas substâncias em fórmulas que não são terapêuticas ou devidamente acompanhadas por agentes de saúde. Observando-se essas tendências, havendo sinais de alerta, haverá informação disponível que permitirá que se actue. Portanto, não deixa de abordar, de alguma forma, o consumo que apresenta riscos ou que é nocivo e de apontar a necessidade de prevenir danos.

O Plano Europeu de Luta Contra o Cancro realça a importância da redução do consumo de tabaco e de álcool, constatando que, em 2016, o álcool foi a principal causa de morte, responsável por 29%, e que 27% de todos os cancros são atribuídos ao tabaco. Embora o Parlamento Europeu realce estes indicadores e os discuta assiduamente, a verdade é que, depois, assistimos a uma posição de maior força por parte de determinados lóbis que vão impedindo a implementação de políticas mais audazes...

IS – Sim, esse é um problema que, ao longo do tempo, tem sido acompanhado ao nível nacional e da UE... existem posições mais extremadas e outras mais moderadas na forma de lidar com o problema e, por parte de algumas organizações ligadas ao setor das bebidas alcoólicas e espirituosas, tem havido também uma atitude positiva, de abertura, na prevenção dos consumos excessivos e da necessidade de alertar para os efeitos nocivos desse tipo de consumos. Fui governadora civil e contei, por exemplo, com o apoio da associação que representava o setor das bebidas espirituosas em muitas campanhas de segurança rodoviária, com vista a combater o excesso de consumo de álcool quando se conduz. Portanto, há também, por parte do setor, abertura e empenho, com vista a combater os consumos nocivos. Mas não podemos ter a cerveja a ser vendida a preços inferiores a bebidas não alcoólicas... não se pode aceitar isto. Temos de fazer uma séria reflexão, tem que haver mais atenção a tudo, neste momento, porque atravessamos um período que, sob o ponto de vista da saúde mental, é altamente desafiador. As pessoas foram conduzidas a um período de confinamento prolongado, o retorno à vida quotidiana não foi o mesmo, depois surgiu a guerra na Ucrânia com os problemas que daí decorrem e que estão a ter impacto sobre as vidas de todos nós ... temos que estar atentos à questão da saúde mental e devemos conceber uma estratégia que possa dar resposta a este período tão desafiante e que coloca as pessoas diante de problemas que, antes, não se afiguravam e que por estarem fragilizadas estarão mais vulneráveis estarão mais atreitas a refugiarem-se na utilização de aparentes formas de escape.

O mais recente relatório do OEDT refere subidas muito significativas de consumos em Portugal, nomeadamente em substâncias como a canábica ou a cocaína... o que poderá fazer-se perante estes indicadores?

IS – Primeiro, um alerta claro para a nocividade da utilização dessas substâncias, procurando reduzir os consumos. Mas também temos que atuar ao nível dos mercados e do combate à atividade ilícita que está por detrás da colação dessas substâncias em mercado.

Existe discussão no Parlamento Europeu em torno da possível legalização da canábica?

IS – Não pretendo misturar essa discussão com a da criação da agência. O que digo é que não existe evidência científica que justifique e, portanto, entendo não ser aconselhável.

Quando entrará em funcionamento a agência?

IS – Em pleno, dentro de um ano. Sendo que, desde 12 de julho deste ano até 12 de julho do próximo ano, haverá uma fase de transição.

Que perspetivas pessoais destacaria relativamente a esta agência?

IS – Para mim, é um grande desafio... olho para esta agência um pouco como um dos meus bebés e uma das minhas marcas de mandato no Parlamento Europeu. Foi um trabalho em que me envolvi fortemente, foram longos meses de trabalho muito minucioso que implicou que, tanto eu, como a equipa que trabalha comigo, que tivéssemos que dedicar muito tempo à busca das melhores soluções! Por isso, olho para a agência como algo que é também um pouco meu e confesso que, como tal, poderei ser um pouco condicionada nesta minha avaliação. Mas vejo o seu surgimento com grande entusiasmo e com uma enorme expectativa porque, ao longo dos últimos anos, desde que cheguei ao Parlamento, fui fazendo os debates dos relatórios do Observatório e, nas conversas que ia mantendo com o Sr. Alexis Goosdeel, percebia a necessidade de se avançar com um novo mandato, de haver mais recursos, disponibilidade e capacidade de ação e, finalmente, foi possível!

A votação final foi muito expressiva em favor da criação desta agência, o que poderá até esconder algumas divergências numa temática tão sensível...

IS – É verdade... não foi muito consensual em muitas das soluções e, por vezes, até na utilização de alguma terminologia que esteve em discussão. Como sempre acontece tínhamos deputados de diferentes países e grupos parlamentares, o que faz com que se cruzem diferentes visões nacionais e políticas do problema. Apesar de tudo, conseguimos gerar uma dinâmica, ao longo do processo de debate, que levou a este consenso. Ao longo de todo o trabalho, procurei sempre incluir os "relatores-sombra". Foram feitas diversas audições que contaram com a participação de representantes da Comissão, do Observatório, do Parlamento, da sociedade civil, e o trabalho foi sendo muito maturado, envolvendo todos no Parlamento Europeu e criando a possibilidade de irmos aproximando as nossas visões, o que facilitou a negociação. Até ao final, esta votação foi o resultado do confronto de visões muito diferentes, mas conseguimos chegar a boas soluções. Em suma, diria que o consenso ultrapassou largamente as expectativas e até algumas barreiras ideológicas que poderiam influenciar a votação. E tivemos deputados de todos os grupos parlamentares a votarem a favor.

O modelo português ajudou?

IS – Ajudou-me muito! Foi a minha inspiração, a todo o momento, e muitas vezes evoquei o sucesso deste modelo para a definição de uma linha condutora. Porém, o modelo português, apesar de se ter revelado de tanto sucesso, é algo em que temos de continuar a investir. Toda a estrutura que foi criada em Portugal tem de ser alimentada e preparada para enfrentar os novos desafios. Houve uma fase de grande desinvestimento e temos que voltar a investir muito neste setor da saúde, a par das áreas da reabilitação e reinserção social, até porque o nosso modelo já tem mais de 20 anos. A sociedade portuguesa e as dinâmicas sociais mudaram muito, tal como as do consumo... as ferramentas que temos ao dispor para a reabilitação e para a reinserção social mudaram muito e, por isso, é preciso olhar para o trabalho de realizado e não o congelar nesse sucesso. Se congelarmos o caminho feito no sucesso obtido, perderemos rumo e capacidade. É momento de, assim como aconteceu com o Observatório, pensar-se, em Portugal, em reforçar a intervenção, tendo em atenção toda esta nova realidade.

“NÃO SEJAS QUADRADO, (DES)CONSTRÓI...É NORMAL”

Desde a fundação, em 1994, o GAF, Gabinete de Atendimento à Família, IPSS com sede em Viana do Castelo, vem realizando anualmente as suas jornadas como uma oportunidade de reflexão e integração das suas práticas de intervenção comunitária, sob o olhar distanciado e sustentado de especialistas exteriores à instituição que, com os seus saberes, contribuem para melhorar a qualidade das suas intervenções. Cada ano, as jornadas focalizam-se numa temática específica no âmbito das várias áreas onde o GAF vem intervindo, privilegiando enquanto alvos cidadãos mais vulneráveis que se encontram nas margens da exclusão social, com o objetivo de lhes devolver a dignidade de pessoas de plenos direitos e deveres, transformando-os em autores e atores das suas próprias histórias de vida na sua relação com os outros.

As XXIX Jornadas do GAF, sob a responsabilidade das equipas da « Comunidade de Inserção e da Unidade de Apoio na Toxicodependência, propuseram-nos uma temática desafiadora e com grande pertinência social: “Não sejas quadrado, (Des)constrói...é normal”, abordando a temática da saúde mental e procurando apresentar estas doenças neuropsicológicas e sociais, como a depressão, a ansiedade, o burnout, entre outras, como doenças tão frequentes e normais como as doenças físicas, produtos das sociedades dominadas pelos grandes grupos económicos, com marcas da competição desenfreada, produção de resultados, excluindo cidadãos vulneráveis, inviabilizando ou dificultando a sua reinserção sócio profissional.

As temáticas abordadas, através de conferências e painéis pelos vários investigadores e profissionais da saúde biopsicossocial convidados, visaram desconstruir os estereótipos sociais sobre as crenças dominantes acerca da saúde mental, com o intuito de devolver e integrar estes cidadãos na vida das comunidades.

Utilizando como metáfora a imagem do Cubo Rubik, a instituição passou a mensagem “Não sejas quadrado, sê profundo na tua visão, sê um cubo!”... Como afirma a organização, “O Cubo Rubik, também conhecido como cubo mágico, é um quebra cabeças tridimensional e rotativo, que pode ser misturado em imensas posições, assim como as doenças mentais, tão complexas e no entanto tão banalizadas e estigmatizadas. Conceções erradas têm sido construídas ao longo dos anos, nas quais se confunde tristeza com depressão, excitação com ansiedade, stress com distress, preguiça com apatia. Paralelamente a estas questões, não po-

demos esquecer o input positivo da neurociência, nesta ligação tão estreita entre o cérebro, as emoções, o comportamento e os distúrbios do sistema nervoso, tal como o Cubo, complexo e com inúmeros prismas de análise, translúcido, onde se visualizam sinapses cerebrais como partes integrantes do problema e da resolução do mesmo.

O Cubo, ao conferir profundidade, leva-nos a pensar que atualmente, são várias as exigências do dia-a-dia, quer a nível profissional, com más condições de trabalho, baixos salários, com elevado incentivo à competitividade e que em mais não se traduz, do que em relações sócio laborais precárias. Esta competitividade é refletida também no sistema educativo, na infância e na adolescência, contribuindo para agudizar quadros ansiosos nos jovens, levando muitas vezes a tomadas de decisão erradas, na busca de prazer e de autorrealização imediata, com recurso a substâncias psicoativas e ao jogo como alternativas viáveis para alcançar a satisfação pessoal.

Ao falarmos em complexidade, é inevitável falar-se sobre a condição socioeconómica dos portugueses, tão vulnerável, com franca tendência a piorar ao longo deste ano, perspetivando-se o aumento da insegurança, do trabalho em excesso e, inevitavelmente, dos quadros depressivos e das perturbações de ansiedade. O burnout, hoje, é formalmente reconhecido como doença mental, com graves consequências nas pessoas, levando-as a situações limite e altamente incapacitantes. Quando não tratado atempadamente, o burnout potencia, em muitos casos, o desenvolvimento de outras doenças de foro psiquiátrico.

Para nos tornarmos Cubo, urge repensar as práticas, o léxico (quase leviano) e as formas de atuação. Aqui, o marketing de hoje tem dado grandes contributos para a desconstrução de ideias pré-concebidas acerca da Saúde Mental e, enquanto profissionais que intervêm nestas áreas, devemos aproveitar esta mudança de paradigma e torná-los nossos parceiros privilegiados, pois são importantes promotores de mudança da literacia nesta área. Usar as redes sociais para difundir mensagens e dar a conhecer boas práticas, no âmbito do autocuidado, contribuirá certamente para a (re)educação de pessoas mais capazes e com mais ferramentas ao dispor”.

Dependências marcou presença no evento e entrevistou Cátia Cebolo, da Comunidade de Inserção do GAF, e Carlota Borges, Vereadora da Câmara Municipal de Viana do Castelo.





CÁTIA CEBOLO, COMUNIDADE DE INSERÇÃO DO GAF

Que balanço faz da realização destas jornadas, agora e novamente presenciais, do trabalho que representam e as sensações vividas

Cátia Cebolo (CC) – O balanço é extremamente positivo. Tivemos mais de 200 pessoas e creio que nunca atingimos estes números, que considero fantásticos e acredito que tudo isto se deve também ao facto de, enquanto profissionais, pensarmos o que precisamos de rever, de aprender e modernizar relativamente às práticas que adotamos. Basicamente, diria que realizámos estas jornadas para consumo interno, de cada um de nós, técnicos que trabalham na área social. Creio que é transversal e, pela adesão, constatamos que estamos no caminho certo. Em termos de trabalho, claro que o esforço que tudo isto representa é imenso, não é fácil assegurar a presença destes oradores, tão solicitados para outros eventos e, por isso, nunca é fácil conciliarmos datas, mas creio que o painel de conferencistas que assegurámos é muito agradável e nos está a deixar muito bem representados e satisfeitos.

Porquê a saúde mental?

CC – Primeiro, porque se trata de um problema que é de todos nós e, depois, porque urge mudar a visão que as pessoas têm sobre a doença mental. Já nem sequer estamos a falar sobre doenças graves ou menos graves, mas de doenças que, efetivamente, qualquer um de

nós pode ser suscetível de as ter. A barreira entre o normal e o patológico é muito ténue e cada vez mais se vai esbatendo, por isso, é importante termos ferramentas para lidar com estas problemáticas. E como o léxico adotado é ainda quase leviano – vê-se nos discursos políticos e até mesmo nos técnicos chavões como “está com um discurso esquizofrénico ou bipolar” – a nossa intenção é fazer destas jornadas um combate ao preconceito e promover a literacia em saúde mental.

Preconceito que atinge, também e muitas vezes, a família... como se conseguirá acabar com este estigma?

CC – Acho que é com a informação necessária... é trabalhar junto da família. Em alguns casos, quando falamos em doenças mentais mais incapacitantes, esquecemo-nos sempre de cuidar de quem cuida e, muitas vezes, a família não tem as ferramentas necessárias para poder auxiliar e viver num ambiente mais confortável. Não conseguem lidar com a doença por falta de ferramentas internas. E não é suposto tê-las, porque também não é expectável nascermos com qualquer patologia e aí, torna-se mais complicado para a família falar destas situações de doença mental, também porque os meios de comunicação social ainda destacam a doença mental como algo imputável ao próprio, ou seja, a pessoa acaba por ser culpada por ter doença mental, o que é leviano. É este o combate diário que temos que realizar para que também as famílias possam lidar melhor com a doença mental, fornecer-lhes ferramentas que possam adotar e adaptar perante as vicissitudes.

E o que pode fazer o GAF para intervir sobre este fenómeno?

CC – Felizmente, o GAF é uma IPSS que dispõe de um corpo técnico bastante elevado, com 33 técnicos superiores. Em todas as equipas técnicas existem membros ligados à área da saúde, nomeadamente, das ciências humanas e o papel dos nossos recursos humanos consiste em intervir junto da indivíduo e família, quer numa ótica de prevenção da doença, quer de promoção da saúde. Então, o GAF está presente nestas esferas, através dos mais variados serviços. Não obstante, grande parte do perfil de utentes encaminhados para algumas das respostas sociais do GAF, são pessoas portadoras de duplo diagnóstico o que faz com que as práticas interventivas tenham que ser reajustadas a esta franja da população. O que implica a formação continua das equipas com vista a uma resposta mais adequada a estas situações específicas.

Viana do Castelo é um distrito onde o consumo de substâncias psicoativas, nomeadamente o álcool, sempre constituiu uma problemática... como está a situação atualmente?

CC – Continua, efetivamente, a ser um foco problemático. Na nossa comunidade de Inserção, por exemplo, grande parte da população que chega até nós é constituída por pessoas com perturbações por uso de álcool. São casos em que a família já esgotou as suas estratégias in-



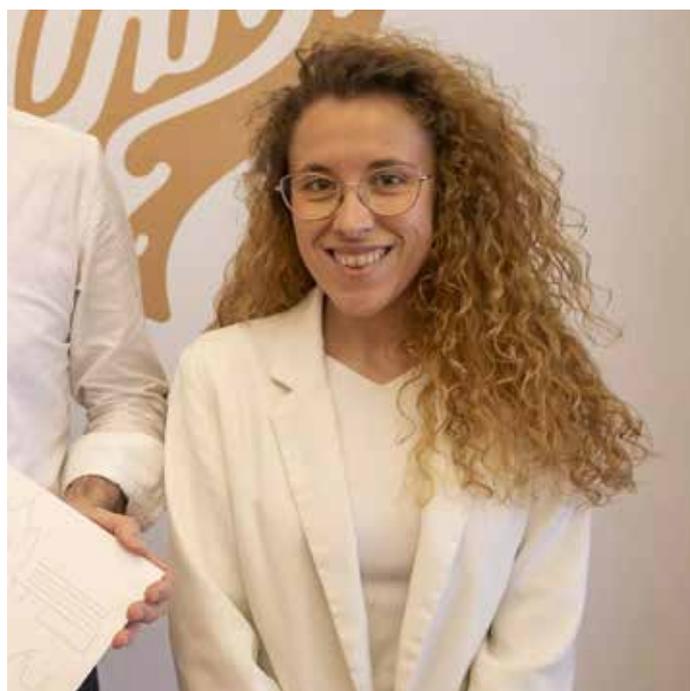
ternas e, uma vez que o álcool ainda é muito acessível, torna-se muito difícil controlar e conseguir combater esta dependência em contexto domiciliário. Há também situações, que por ser culturalmente aceite o consumo, não é facilmente perceptível o que é consumo abusivo e o que é dependência, são situações que não são sinalizadas e que acabam por trazer graves prejuízos para a saúde dos indivíduos. Estão também bastante presentes diagnósticos de comorbilidade, em que não se sabe se foi a doença mental que originou o consumo de álcool ou o contrário... é um caminho que tem que ser trilhado e ainda temos muito a fazer nessa área.

Outro problema que se cruza com esta área e com o vosso domínio de intervenção tem a ver com a pobreza... como está Viana do Castelo a esse nível?

CC – Relativamente a índices, confesso que não me encontro à vontade para ser precisa, mas, efetivamente, percebemos que recorrem cada vez mais pessoas aos serviços. Temos um desemprego que é técnico, mas isso não se reverte em empregos com direitos e qualidade e, tal como no resto do país, está a crescer uma nova tipologia de pobres trabalhadores. Temos pessoas que estão a trabalhar e que recorrem ao fundo de emergência que a autarquia disponibiliza aos serviços para apoiar a população do concelho, o que significa que trabalhar não é, neste momento, garante da satisfação das condições básicas de vida. Temos ainda muitos bairros sociais cheios e há uma grande lista de espera para as habitações camarárias, o que é reflexo de situações socioeconómicas precárias aliadas também à especulação imobiliária que se verifica no nosso concelho.

Finalmente, o que falta ainda fazer?

CC – Falta fazer um trabalho concertado e não isolado. Somos um sistema e devemos ser tratados como tal. Não existem estruturas de promoção da saúde mental e de prevenção da doença acessíveis a todos. Diria que é necessária vontade política para criação de respostas no âmbito da saúde mental sendo que no distrito de Viana não há nenhuma.



CARLOTA BORGES, VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Que importância assume a integração de respostas de saúde por parte dos municípios enquanto resposta aos problemas dos seus municípios?

Carlota Borges (CB) – Considero que tem toda a importância. Há pouco, quando fiz a intervenção, falei sobre isso mesmo porque, puxando aqui um pouco à temática destas jornadas, no dia-a-dia, aqueles que trabalham na área social percebem que 90% dos problemas que nos surgem enquanto casos sociais estão associados a alguma patologia de saúde mental. Portanto, esta parceria, no nosso caso com a ULSAM e com todos aqueles que podem apoiar e ajudar de alguma forma a melhorar os casos de saúde mental, é uma mais-valia.

Poderá o fator proximidade, associado ao poder local, constituir uma “melhor terapêutica”?

CB – Sim, pode e neste caso é. Quando unimos esforços entre a rede social para apoiar aqueles que precisam de algum apoio ao nível da saúde mental, sem dúvida alguma que a proximidade é aqui a palavra chave.

Farão algum sentido as críticas a que temos assistido relativamente à transferência de competências do poder central para as autarquias a este nível de intervenção?

CB – Falando sobre as áreas que me competem e não sendo a saúde uma delas, ao nível da área social, que é a que me respeita, creio que faz todo o sentido. Faz toda a diferença termos nós a fazer a gestão dos recursos do estado que são atribuídos às famílias no âmbito social porque somos nós que acompanhamos diariamente as famílias e faz toda a diferença termos os técnicos sob nossa alçada ou sob a alçada da Segurança Social, que fazia um excelente trabalho, mas a partir do dia 1 de junho, o município de Viana do Castelo terá mais 15 técnicos de serviço social integrados, o que fará toda a diferença, também nestes casos associados à saúde mental e a outras patologias de saúde. É uma solução para as respostas integradas, para o trabalho em rede e em parceria são sem dúvida as palavras chave para que tudo funcione melhor.

PJ ASSINALA DIA INTERNACIONAL CONTRA O ABUSO E O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS COM DESTRUIÇÃO DE SEIS TONELADAS DE DROGAS APREENDIDAS



Ainda vamos a meio do ano e já mais de 40 toneladas de droga foram apreendidas em Portugal. Um dos expoentes máximos desta dimensão da redução da oferta é a Polícia Judiciária, entidade que assinalou a data no dia 26 de junho, simbolizando a sua missão através da queima de seis das toneladas apreendidas. O ato teve no Edifício-Sede da Polícia Judiciária, em Lisboa. De acordo com o Coordenador da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE), Rui Sousa, há que realçar o “aumento da eficácia por parte da polícia criminal, serviços aduaneiros e de segurança com competência em matéria de fiscalização, prevenção e investigação criminal no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes”. Constata-se, em simultâneo, que existe mais droga a circular pelo mundo, assim como uma maior oferta por parte dos países produtores, o que justificará uma maior quantidade de droga apreendida. A bem, uma maior eficácia. Quanto a origens, verifica-se uma posição de relevo da América do Sul e Caraíbas relativamente à cocaína e de Marrocos, quanto ao haxixe. Quanto a apreensões, o circuito da cocaína tem sido interrompido essencialmente nos portos e aeroportos nacionais, ao passo que o haxixe tem sido “capturado” em alto-mar.

Dependências acompanhou o evento organizado pela Polícia Judiciária e registou o discurso de Rui Sousa.



RUI SOUSA, COORDENADOR DA UNIDADE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES (UNCTE)

“A 26 de junho, assinala-se o Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, instituído pela ONU em 1987, como expressão do esforço para se alcançar o objetivo de uma sociedade internacional livre do abuso e do tráfico de drogas. Assinalando esta data, irá proceder-se à destruição de seis toneladas de vários tipos de drogas apreendidas nos últimos meses pelos órgãos de polícia criminal, serviços aduaneiros e de segurança com competência em matéria de fiscalização, prevenção e investigação criminal no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

De acordo com a legislação, os estupefacientes apreendidos são destruídos logo após a realização periciais pelo Laboratório de Polícia Científica, ordenados pelas autoridades judiciais, ficando uma amostra depositada em cofre até que seja proferida decisão definitiva no âmbito do processo à ordem do qual se realizou a apreensão. A destruição faz-se por incineração, sob a supervisão de uma comissão constituída por um magistrado do Ministério Público, um investigador da Polícia Judiciária e um perito do Laboratório de Polícia Científica. No que respeita à atividade do combate ao tráfico de estupefacientes, desenvolvida no corrente ano, a nível nacional, por todas as unidades envolvidas, informa-se que até ao dia de hoje, e de acordo com os dados disponíveis, foram já apreendidas cerca de 11 toneladas de cocaína, 30 toneladas de haxixe e quantidades menores de outros tipos de drogas. Relativamente a estes dois tipos de drogas, refira-se que, no ano 2022, foram apreendidas cerca de 16 toneladas de cocaína e 23 de haxixe.

Para assinalar esta data, temos connosco representantes do Ministério Público e das forças e serviços de segurança e aduaneiros com competências em matéria de fiscalização, prevenção e investigação criminal no que respeita ao tráfico de estupefacientes”.



A INFLUÊNCIA DA BEBIDA ALCOÓLICA NO SEXO

CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL PODE INTERFERIR NA ATIVIDADE SEXUAL, TANTO EM HOMENS QUANTO EM MULHERES

Quando se fala em álcool e sexo, muitas perguntas podem vir a cabeça: será que ingerir bebidas alcoólicas pode atrapalhar o desempenho sexual? Ou o consumo do álcool pode ter efeito relaxante e afrodisíaco, ajudando na performance? Afinal, será que o álcool aumenta a libido?

As respostas para essas perguntas têm a ver em como o álcool é processado no organismo e os efeitos que ele pode causar no momento da relação sexual.

Sabe-se que, apesar da sensação inicial de relaxamento, desinibição, autoconfiança e bem-estar causada após a ingestão de uma ou duas doses de bebidas alcoólicas, com o aumento da quantidade ingerida, a concentração alcoólica no sangue também aumenta e pode interferir no ato sexual, diminuindo a libido, piorando o desempenho sexual e podendo levar a comportamentos de risco.

EFEITOS DO CONSUMO DO ÁLCOOL EM HOMENS

O consumo abusivo de álcool por homens aumenta as chances de disfunções sexuais, incluindo a diminuição do desejo sexual, os sofrimentos e dificuldades de relacionamento já associados ao consumo abusivo de álcool; outros problemas são: transtorno de aversão sexual, que leva o indivíduo a evitar qualquer contato sexual, dificuldade de ereção, que pode ocorrer de for-

ma recorrente ou eventualmente; dificuldade em atingir o orgasmo após a excitação sexual, e a ejaculação precoce, além da impotência e outros problemas.

A insuficiência erétil episódica é bastante frequente em homens que consomem mais de três doses padrão* de álcool por dia. Pesquisadores¹ observaram que 61% dos pacientes dependentes de álcool relatam disfunção erétil, seguida de redução do desejo sexual.

Um estudo² realizado com o objetivo de identificar evidências e estimar disfunções sexuais em pessoas de ambos os sexos com transtornos por uso de substâncias revelou a prevalência de disfunção sexual em 75% dos indivíduos que faziam consumo abusivo de álcool, principalmente a disfunção erétil. Além da disfunção erétil, o declínio na contagem de espermatozoides é outra preocupação masculina: cerca de 15% dos casais compostos por homem e mulher em todo o mundo sofrem com a infertilidade, ou seja, com a incapacidade de conceber mesmo após um ano de relações sexuais regulares e desprotegidas, e o homem é considerado a causa única desse problema em 2% dos casos².

Entre os fatores que podem levar a problemas de fertilidade em homens estão: sintomas testiculares, frequência e momento da relação sexual, além de comportamentos e estilo de vida, como a utilização de medicamentos, consumo de suplementos de fortalecimento muscular ou testosterona exógena, lesões e doenças anteriores, histórico familiar e consumo abusivo de álcool e outras substâncias.

Pesquisas³ mostram que o uso de álcool, tabaco e outras substâncias, assim como o estresse, obesidade e sono insuficiente são fatores de risco potenciais para a qualidade do sêmen. Assim, identificou-se que beber cinco doses de bebida alcoólica por semana é suficiente para afetar a concentração de esperma, a contagem total de esperma e a proporção de esperma com morfologia normal. Os efeitos foram consideravelmente mais graves em pessoas que consumiam mais de 25 doses por semana.





Um outro estudo⁴ comparou dois grupos de pessoas, bebedores pesados e não bebedores, e identificou que a média da contagem de espermatozoides, motilidade total, vitalidade espermática, integridade funcional da membrana e espermatozoides morfológicamente normais foram significativamente menores nas pessoas que bebiam em relação às que não ingeriam bebidas alcoólicas. Além disso, observou-se que o consumo regular de bebidas alcoólicas reduziu o volume de sêmen e a concentração de esperma.

nocivos do álcool na função sexual feminina e seu impacto na reprodução da população.

Por fim, estudos também apontam que o consumo excessivo e frequente de álcool por mulheres tem sido considerado preditores de menor probabilidade de concepção, sugerindo que mesmo os níveis mais baixos de consumo de álcool podem diminuir a fertilidade feminina se consumidos durante intervalos fisiológicos críticos do ciclo menstrual. Saiba mais em *Álcool e Fertilidade Feminina*.

EFEITOS DO CONSUMO DO ÁLCOOL EM MULHERES

O abuso de álcool é um problema significativo para as mulheres. Embora a bebida alcoólica aumente a excitação sexual e a sensação de liberdade, pode haver certa diminuição fisiológica da excitação genital, e algumas chegam a relatar dificuldade em atingir o orgasmo e diminuição da lubrificação vaginal.

Um estudo⁵ procurou identificar o impacto do consumo de bebidas alcoólicas na disfunção sexual feminina a partir da análise de sete artigos sobre o tema, envolvendo uma amostra de mais de 50 mil mulheres. A partir de então, os pesquisadores observaram que o consumo do álcool aumenta em 74% a probabilidade de disfunção sexual entre as mulheres, destacando a necessidade de políticas públicas para aumentar a conscientização sobre os efeitos

ÁLCOOL E COMPORTAMENTO DE RISCO NO SEXO

É importante reforçar que o consumo abusivo de álcool também é uma das principais causas para comportamentos de risco no sexo, como a prática do sexo desprotegido que pode levar a uma gravidez não planejada ou, ainda, a infecções sexualmente transmissíveis graves.

*Dose padrão: unidade que define a quantidade de etanol puro contida nas bebidas alcoólicas. No Brasil, 1 dose equivale a 14g de álcool puro, o que corresponde a 350 mL de cerveja, 150 mL de vinho ou 45 mL de destilado (vodka, uísque, cachaça, tequila etc.).

Fonte: CISA – Centro de Informação sobre o álcool

ÁLCOOL E SEXO

Efeitos do consumo do álcool em homens

- » disfunção sexual
- » redução do desejo sexual
- » ejaculação precoce
- » dificuldade em atingir o orgasmo após a excitação sexual
- » declínio na contagem de espermatozoides e na qualidade do sêmen

Efeitos do consumo do álcool em mulheres

- » aumento da probabilidade de disfunção sexual
- » diminuição fisiológica da excitação genital
- » dificuldade em atingir o orgasmo
- » diminuição da lubrificação vaginal

Álcool e comportamento de risco no sexo

o consumo abusivo de álcool também é uma das principais causas para comportamentos de risco, como o sexo desprotegido

Sexo, além de prazer, também é saúde!

“MATOSINHOS TORNOU-SE UMA CIDADE ATRATIVA PARA VIVER, INSTALAR EMPRESAS, PASSEAR, FAZER COMPRAS, SURF OU PRAIA..”



Confesso que, enquanto jornalista que vive e tem acompanhado a evolução patenteada no concelho de Matosinhos, é difícil perguntar o que falta ao atual executivo fazer para cumprir os seus objetivos...

Carlos Mouta (CM) – Agradeço a questão, que é também, de certa forma um elogio, mas tenho que admitir que apenas tenho uma pequena parte do louro, uma vez que me encontro em funções há um ano e meio, embora tenha estado quatro anos e meio na administração da ULS de Matosinhos, seja matosinhense desde pequeno e, desde a associação de estudantes, sempre me preocupei com a cidade. É curioso que, quando estamos a trabalhar, temos por vezes a visão contrária: achamos sempre que falta fazer qualquer coisa, que os outros municípios estão melhores do que nós, mas a verdade é essa e tenho que dar valor às equipas e aos serviços porque, quando somos convidados para alguns encontros, fóruns ou conferências de municípios, ao expormos o que já temos em prática, percebemos que a muitos outros ainda falta fazer o caminho que já fizemos. Confesso que fico muito agradado com isso e que, quando volto, acabo por ter que pedir descul-

pa aos serviços por tantas vezes insistir e cobrar. A verdade é que, quando nos comparamos, sinto que já fizemos mais caminho em muitas áreas do que os outros municípios. Agora, temos sempre noção do que falta fazer e ser autarca é um pouco isso: ser otimista e ter sempre ainda algo por fazer.

Além da vice-presidência, acumula um pelouro problemático, o da coesão social e igualdade... é uma área difícil de trabalhar?

CM – É uma área muito difícil de trabalhar por vários motivos. Tenho a felicidade de Matosinhos ter sido, desde sempre, um município muito ligado à ação social, à intervenção social e ao associativismo. É histórico entre a população, seja de origem mais precária do mar ou da agricultura, da atividade industrial, de ser inicialmente uma cidade de muitos trabalhadores operários que se uniam entre si para resolverem os seus problemas, a habitação, a saúde... Ainda hoje, temos um conjunto de coletividades, um movimento associativo muito forte, com o Rotary Clube, o Lions Clube, a Universidade Senior... a nossa rede social funciona. A intervenção social está permanentemente a enfrentar novos desafios, a pandemia foi um deles, o pós-pandemia, nomeadamente com a guerra, foi outro, o aumento das taxas de juros idem, assim como a problemática da habitação, com despejos e contratos de arrendamento cancelados... a intervenção social tem isto: há sempre algo a acontecer e que exige a nossa maior atenção. Depois, as mudanças demoram muito tempo e a intervenção vai muito além do meu mandato. Vemos isso na pobreza, em que se afirma serem necessárias cinco gerações para inverter um ciclo num determinado agregado familiar e, por isso, creio que existe por vezes pouca disponibilidade do setor público, quando comparamos com outras áreas “mais vendáveis”. Na ação social, na maior parte das vezes, não se cortam fitas. Fizemos um projeto, conquistámos, mudámos a vida de muitas pessoas mas não vamos tirar fotografias porque não faz sentido. Muita da intervenção social é imaterial, não é visível nem mediática. Mas é algo que fazemos todos os dias, ao longo de muitos anos e, muitas vezes, para conseguirmos pequenas mudanças e tenho uma visão muito positiva que me diz que, se não fizermos isso, teremos uma sociedade muito pior.

Por que é que, em Matosinhos, não se descentraliza a questão da saúde?

CM – O primeiro decreto de lei publicado afirma que, no caso das unidades locais de saúde, não se aplica o processo de descentralização da saúde porque existe o hospital e os centros de saúde e um só conselho de administração. A nossa foi a primeira do país e tem esta particularidade e, como tal, o diploma exclui-nos, o que não significa que isto não venha a ser mudado. Recebemos a educação, a ação social, a orla costeira, entre outras, mas a da saúde não. Agora, uma vez que a atual direção executiva elege como estratégia a criação de mais unidades locais de saúde, isto terá que ser compatibilizado nos novos diplomas e a situação poderá ser revista.



Sendo a habitação um problema que afeta atualmente qualquer município do país, pergunto-lhe se o mesmo se verifica em Matosinhos ou se, pelo contrário e uma vez que foi pioneiro na criação de cooperativas, o mesmo não se sente tanto...

CM – Diria que existem atualmente dois grandes problemas para resolvermos em Matosinhos: um deles é a habitação e o outro é a mobilidade. Os dois têm a ver com algo positivo, que é o sucesso, ou seja, Matosinhos tornou-se uma cidade atrativa para viver, para instalar empresas, passear, fazer compras, surf ou praia. Somos uma cidade com muita procura e, naturalmente, cheia de viaturas automóveis e de trânsito e a habitação tem-se tornado inabituável para uma boa parte da nossa população e quase 80% terão dificuldade em respeitar os rácios de endividamento ou de pagamentos aos seus senhorios ou em ter uma habitação em Matosinhos. Quer isto dizer que os preços das casas subiram muito, ora porque não foi construída habitação social suficiente, ora porque a classe média precisa de um novo modelo de habitação, como eram as cooperativas, sejam os senhorios que colocam as casas no mercado, sejam as casas que estão fechadas para investimento, o problema da habitação é muito significativo. Nós temos em curso uma estratégia local de habitação que nos permitirá construir cerca de 500 novos fogos e reabilitar outros 500 e falta-nos o patamar seguinte, da classe média, de dois jovens que trabalham mas não conseguem suportar um crédito ou um arrendamento em Matosinhos e temos que encontrar soluções para essa população, o que passará necessariamente pelo arrendamento acessível, pela criação de novos modelos de cooperativas, entre outras soluções de acordo com o setor privado, dando o benefício a quem construa para colocar no mercado de arrendamento com preços mais baixos. O problema da habitação decorre muito deste sucesso do município, o que por um lado é bom, por outro é negativo porque temos muita pressão e vemos isso porque, no valor por metro quadrado ou por tipologia, nos situamos no top 5 do país. Por isso, é uma das áreas em que estamos com muita atenção e investimento, sendo que a nossa estratégia local de habitação contempla um investimento de 111 milhões de euros, em que estamos a trabalhar com o PRR, o IHRU e o Governo para executar estas construções que referi. E não será suficiente, teremos que trabalhar ainda muito mais.

Relativamente aos problemas relacionados com os CAD, nomeadamente os consumos abusivos de álcool e outras drogas, como caracteriza o contexto atual de Matosinhos?

CM – Quando olhamos para o perfil de saúde de Matosinhos, há algumas doenças que sobressaem, até acima dos indicadores médios nacionais. Há, naturalmente, as questões da ansiedade, cardiovasculares, cerebrovasculares, uma específica que se prende com as doenças das vias aéreas superiores, que poderão estar associadas ao consumo de tabaco e há ainda registos de consumo alcoólico, mais nos homens. Há também registos de consumos de outras substâncias mas

destacaria o álcool e o tabaco. Há muito trabalho a fazer nesta população já fumadora e já consumidora e também um trabalho de prevenção junto dos mais jovens. Podemos especular se este cenário terá a ver com o tipo de atividades profissionais que predominavam em Matosinhos, mas creio que o fundamental é intervir desde cedo na prevenção para que este tipo de hábitos seja cada vez menor. Temos programas específicos, quer de cessação tabágica, quer de tratamento de dependências, nomeadamente do álcool e é um trabalho que teremos que retomar e reforçar porque parece registar-se uma inversão nalguns tipos de consumos. Começam a surgir mais consumos de drogas, nomeadamente de outras que não as tradicionais e outros tipos de comportamentos aditivos, mais na esfera digital e constatamos que isso representa alterações nos nossos jovens, que se deparam com dificuldades para saírem desta dependência do digital e sofrem sequelas como ansiedade, depressão, ódio e outro tipo de pressões negativas.

No programa eleitoral do atual executivo ressaltavam duas preocupações, a transição digital e energética... em que patamar de cumprimento se encontram?

CM – Nós temos trabalhado, quer a transição digital, quer a energética, ambiental e climática como uma só porque percebemos que existem muitos pontos em que se tocam. Naturalmente, a descarbonização e a transição digital terá por base suportes informáticos e sistemas de comunicação e temos trabalhado muito essa vertente. Nós temos atualmente um conjunto de metas na perspetiva 2030, ou seja, antecipámos as metas da descarbonização e existe um conjunto de iniciativas a decorrer nesse sentido, seja na área da mobilidade ou do ambiente. Por outro lado, temos também o plano para a transição digital que prevê transportar a câmara municipal, enquanto organização, para o melhor serviço ao cidadão, em que este tenha que se deslocar o menos possível e em que haja uma desmaterialização efetiva dos serviços. E quando esse trabalho estiver robustecido, entraremos na parte exterior do município e, neste momento, já está a decorrer o concurso de iluminação pública. Os típicos postes de iluminação darão origem a 22500 postes que terão ligação entre si, tecnologia led, sensores de qualidade do ar, de ruído, monitorização, a par da implementação de sistemas de rega inteligentes, uma melhor informação relativamente aos sistemas de transportes públicos... estamos a começar a colocar ao serviço da comunidade esse tipo de soluções, sempre na perspetiva de criação de valor para a vida das pessoas.

Em que medida se deve o sucesso da vossa gestão autárquica ao fator proximidade e ao diálogo com a população, ao invés de falarem sobre a população?

CM – Considero que somos muito da população, estamos muito com a população, a identificar os problemas, a ouvir, a apresentar as soluções, quando erramos reconhecemos e fazemos de novo... Somos um município em que estamos muito com a população, sejamos nós, os presidentes de junta, as empresas municipais – temos duas, no desporto e na habitação, esta última em que a média nacional é de 2% e nós temos 5% de habitação social, a nossa empresa municipal de desporto tem mais de 10 mil utilizadores... Tudo isto permite-nos essa proximidade com a população e conhecer os problemas. Depois, temos uma rede social de coletividades e associações que, independentemente da ideologia partidária ou política, funciona, se dedica à comunidade e nos ajuda muito. Seria errado afirmar que a câmara tem capacidade para resolver todos os problemas do município. Precisamos dos nossos lares da terceira idade, dos centros de dia, das universidades sénior, dos ranchos, dos grupos de dança, do desporto... todos nos ajudam a que a população do concelho tenha mais bem-estar e seja mais feliz.



Criminalidade violenta

Detenção por roubos a ourivesarias no Porto

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Norte, no âmbito de uma investigação em curso, identificou, localizou e deteve um suspeito, fortemente indiciado pela prática de dois crimes de roubo, com arma de fogo, a duas ourivesarias na cidade do Porto.

Os roubos ocorreram nos dias 04 e 16 de maio, do corrente ano, em duas ourivesarias do centro da cidade do Porto, onde o arguido, mediante ameaça com arma de fogo, subtraiu artefactos em ouro e dinheiro no valor de vários milhares de Euros.

Após a sua detenção, foram recuperadas algumas das peças roubadas, dinheiro e a pistola utilizada, tendo ainda sido apreendido produto estupefaciente, cânabis (resina e folha), que daria para aproximadamente mais de 4500 doses diárias, pelo que o suspeito foi adicionalmente indiciado por tráfico de estupefacientes.

O detido, com 34 anos de idade, com antecedentes criminais pelo mesmo tipo de crime, vai ser presente à autoridade judiciária competente para interrogatório e aplicação das medidas de coação tidas por adequadas.

Direção Nacional, 23 de maio de 2023



Combate ao tráfico internacional de estupefacientes por via aérea

Apreensão de cocaína e detenção de três presumíveis traficantes

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes e com a colaboração do serviço de Estrangeiros e Fronteiras, procedeu, nos últimos dias, no âmbito de duas investigações

distintas, à detenção de dois homens e uma mulher, com idades compreendidas entre os 25 e os 36 anos, pela prática do crime de tráfico ilícito de estupefacientes.

Os detidos são suspeitos de tentarem introduzir em território nacional, por via aérea, cerca de 6,5 kg de cocaína proveniente de um país da América Latina que dois deles transportaram dissimuladamente, um junto ao corpo e o outro no interior do organismo.

Para além das detenções, procedeu-se à apreensão da droga e de outros objetos e documentos com interesse para a prova dos factos em investigação.

Os arguidos, dois estrangeiros e um português, foram presentes à autoridade judiciária competente para primeiro interrogatório judicial de arguido detido, tendo-lhes sido aplicada a medida de coação prisão preventiva.

As investigações prosseguem.

Direção Nacional, 30 de maio de 2023



Detenção de assaltantes

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional Contra Terrorismo (UNCT), procedeu, no âmbito de inquérito titulado pelo DIAP de Sintra, à realização de várias buscas domiciliárias, bem como à detenção, fora de flagrante delito, de três homens, com idades compreendidas entre os 39 e os 48 anos, pela presumível prática de um crime de roubo agravado.

A ação criminosa em causa, teve lugar em dezembro de 2022, e foi perpetrada, pelas 21:30, quando um conjunto de indivíduos conseguiu entrar na residência da vítima e, mediante agressões físicas, roubar diversos bens de valor significativo.

Os suspeitos, alguns deles conhecidos da vítima e com antecedentes criminais por crimes violentos e tráfico de estupefacientes, terão agido supostamente como retaliação por negócio não concretizado e tinham a intenção de raptar a vítima.

Das buscas realizadas, resultou a apreensão, de cerca de 9.000 € em dinheiro, produto estupefaciente e documentação vária.

Os arguidos serão presentes a Tribunal, para submissão a primeiro interrogatório judicial e consequente aplicação das medidas de coação tidas por adequadas.

Direção Nacional, 1 de junho de 2023



Combate ao tráfico de estupefacientes por via marítima

Operação Mónaco

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes e com o apoio da Marinha, desencadeou, nos últimos dias, uma operação de combate ao tráfico internacional de estupefacientes por via marítima no decurso da qual foi possível localizar e depois interceptar, em alto mar, uma embarcação de recreio suspeita de estar a ser utilizada no transporte de grande quantidade de produto estupefaciente.

A embarcação em causa, um veleiro com cerca de 16 metros de comprimento que estava a fazer a travessia do Oceano Atlântico entre a América Latina e a Europa, foi escoltada para a Base Naval de Lisboa onde chegou esta manhã.

Na sequência das buscas realizadas à referida embarcação, foram encontradas e apreendidas significativas quantidades de cocaína, procedendo-se, também, à detenção em flagrante delito do único tripulante, um homem estrangeiro de 53 anos de idade.

Esta operação, que foi desencadeada no âmbito de inquérito dirigido pelo DIAP de Lisboa, contou com a colaboração da *Drugs Enforcement Administration* (DEA) dos EUA, a *Direction Nationale du Renseignement et des Enquêtes Douanières* (DNRED), de França, e também com o apoio do *Maritime Analysis and Operations Centre – Narcotics* (MOC-N) com sede em Lisboa.

Direção Nacional, 1 de junho de 2023



Combate ao tráfico internacional de estupefacientes por via aérea

Apreensão de cocaína e detenção de presumível traficante

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, identificou e deteve, nos últimos dias, fora de flagrante delito, uma cidadã nacional sobre a qual recaem fortes suspeitas da prática de um crime de tráfico de estupefaciente.

A detenção ocorreu no âmbito de investigação em curso no âmbito da qual foram recolhidos elementos probatórios fortemente indiciadores de que a detida foi responsável pela tentativa de transporte, para um outro país europeu, de considerável quantidade de estupefaciente interceptada no Aeroporto internacional de Lisboa, no caso cocaína, que foi apreendida e que, caso tivesse chegado aos circuitos ilícitos de distribuição, seria suficiente para a composição de pelo menos 43.000 (quarenta e três mil) doses individuais.

A arguida, de 40 anos de idade, foi presente a primeiro interrogatório judicial de arguido detido perante a autoridade judiciária competente para aplicação de medidas de coação, tendo-lhe sido aplicada medida de coação de prisão preventiva.

As investigações prosseguem.

Direção Nacional, 2 de junho de 2023



Detidos suspeitos da autoria do crime de sequestro e roubo

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Centro, em cumprimento de mandados de detenção emitidos pelo DIAP de Coimbra, deteve um homem e uma mulher pela presumível autoria dos crimes de sequestro, roubo e abuso de cartão de garantia ou de cartão, dispositivo ou dados de pagamento, de que foi vítima um homem, de 72 anos de idade.

Em janeiro de 2023, os arguidos abordaram a vítima na via pública, em Coimbra, forçando-a a conduzir a sua viatura até um posto de abastecimento de combustíveis, onde foi obrigada a levantar dinheiro numa caixa ATM.

Posteriormente, deslocaram-se à cidade do Porto na viatura da vítima, já conduzida pelo assaltante masculino, tendo os arguidos forçado aquela a acompanhá-los, no intuito de aí adquirirem produtos estupefacientes com o dinheiro obtido. Naquela cidade, sempre com a vítima controlada, compraram e consumiram produtos estupefacientes e ainda efetuaram vários levantamentos em Caixas Automáticas com o cartão multibanco do ofendido.

Mais tarde, deixaram a vítima apeada nos arredores de Coimbra e abandonaram a sua viatura num parque de estacionamento no centro da cidade.

Os dois detidos, com 47 e 48 anos de idade, foram presentes às autoridades judiciárias para primeiro interrogatório, ficando sujeitos às medidas de coação de apresentações diárias no OPC mais próximo da resi-

dência; proibição de contatos com o ofendido; proibição de frequentar locais e contactar pessoas conotadas com o tráfico de estupefacientes; proibição de se ausentarem do concelho de Coimbra, sem autorização prévia do Tribunal.

Direção Nacional, 08 de junho de 2023



Combate ao tráfico de estupefacientes

Na sequência de uma missão de salvamento à tripulação de uma embarcação que navegava na costa Algarvia, foram ativados meios da Autoridade Marítima Nacional (Instituto Socorros a Náufragos e Polícia Marítima) que localizaram a embarcação, garantiram a integridade física dos tripulantes e, ao identificarem indícios da relação com atividade de tráfico de estupefacientes contactaram a Polícia Judiciária, para desenvolvimento das diligências subsequentes.

Ao estabelecer-se a relação entre os dois tripulantes da embarcação, de nacionalidade espanhola, com idades compreendidas entre os 45 e 48, e o aparecimento de fardos de haxixe encontrados a boiar nas imediações, na barra de Armona / Farol, em Olhão, foram os mesmos detidos por suspeita da prática do crime de tráfico de estupefacientes.

Além do produto ilícito, foi ainda apreendida uma embarcação semirrigida de registo nacional na náutica de recreio, equipamento de navegação e outros instrumentos associados à atividade.

Desta ação, resultou a apreensão de 20 fardos de haxixe, num peso total aproximado de 700 kg.

Os detidos foram presentes à Autoridade Judiciária competente, encontrando-se agora em prisão preventiva.

A investigação prossegue a cargo da Polícia Judiciária.

Direção Nacional, 08 de junho 2023

Detenção por tentativa de homicídio

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Norte, em cumprimento de mandado de detenção emitido pelo Ministério Público - DIAP de Matosinhos, deteve um homem de 19 anos, pela prática do crime de homicídio, na forma tentada.

Os factos que deram origem à emissão do referido mandado ocorreram na noite de 08-05-2023, junto a um estabelecimento de restauração, na Senhora da Hora.

Na ocasião, o arguido abordou o ofendido e, por este ter testemunhado num processo em que o arguido é suspeito da prática do crime tráfico de estupefacientes, agrediu-o com violência, recorrendo ao uso de uma arma branca.

A vítima sofreu ferimentos graves, que só não lhe causaram a morte devido à intervenção médica de urgência.

No decurso de diversas diligências de investigação, o arguido, que mudava frequentemente de paradeiro para evitar a detenção, foi localizado e detido na cidade da Covilhã.

O detido, irá ser presente à autoridade judiciária competente para primeiro interrogatório judicial e aplicação das medidas de coação tidas por adequadas.

Direção Nacional, 09 de junho de 2023



Combate ao tráfico internacional de estupefacientes

“OPERAÇÃO ÍRIS”

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes e no quadro de um inquérito dirigido pelo Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, participou, nos últimos dias, em conjunto com as autoridades do Uruguai, Itália e Espanha, numa operação internacional de combate ao tráfico de estupefacientes, denominada “Operação Iris”.

No decurso desta operação foi possível proceder à apreensão, em território nacional e no Uruguai, de considerável quantidade de cocaína que se encontrava cuidadosamente dissimulada em 6 (seis) pranchas de surf, que haviam sido despachadas por carga aérea, daquele país da América Latina para Portugal.

Para além da apreensão da droga, procedeu-se ainda à detenção de três homens, sobre os quais recaem fortes suspeitas de integrarem um grupo criminoso, dedicado ao tráfico de cocaína entre a América Latina e o continente europeu, sendo que duas das detenções se efetivaram em flagrante delito em território nacional e a terceira em Itália, em cumprimento de mandado de captura internacional emitido pelas competentes autoridades do Uruguai.

Os dois arguidos que foram detidos em Portugal foram presentes a primeiro interrogatório judicial de arguido detido, tendo-lhes sido aplicada a medida de coação prisão preventiva.

Direção Nacional, 13 de junho de 2023



Detenção pelo crime de homicídio qualificado

Os factos verificaram-se no concelho de Almada

A Polícia Judiciária, através do Departamento de Investigação Criminal de Setúbal, com a colaboração da GNR, localizou e deteve, fora de flagrante delito, uma mulher de 47 anos, por sobre esta recaírem fortes suspeitas da prática do crime de homicídio qualificado, sendo vítima a sua própria mãe de 73 anos.

Os factos em investigação, aconteceram no passado dia 09 de junho, quando a suspeita por razões ainda não totalmente apurados e num contexto de violência doméstica, agrediu a vítima de forma muito violenta.

Após as agressões, a suspeita abandonou a residência, vindo a ser posteriormente localizada na via pública, por elementos da GNR, que de imediato informaram esta Polícia.

A detida, para além de problemas relacionados com a saúde mental, seria consumidora de produto estupefaciente.

Presente a primeiro interrogatório, foi aplicada a medida de coação de prisão preventiva.

Direção Nacional, 12 de junho de 2023



Detenção de “correio de droga”

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Norte, procedeu à identificação e detenção, em flagrante delito, de um homem, de 30 anos de idade, suspeito do crime de tráfico de estupefacientes.

A detenção ocorreu no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, depois do suspeito ter sido intercetado na posse de mais de 4 Kg de cocaína.

A droga vinha dissimulada na bagagem que o suspeito trazia consigo e seria suficiente para a produção de milhares de doses individuais.

O detido vai ser presente às autoridades judiciais competentes para primeiro interrogatório e aplicação das medidas de coação tidas por adequadas.

Direção Nacional, 12 de junho de 2023



Efetuada detenção pelo crime de homicídio qualificado na forma tentada e detenção de arma proibida

Os factos verificaram-se no concelho de Almada

A Polícia Judiciária, através do Departamento de Investigação Criminal de Setúbal, localizou e deteve, fora de flagrante delito, um homem de 19 anos, por sobre ele recaírem fortes suspeitas da prática do crime de homicídio qualificado.

Os factos, em investigação, aconteceram no passado mês de abril, quando a vítima, juntamente com dois amigos, se encontrava numa artéria daquela localidade, a ouvir música e a andar de skate.

Algum tempo depois, o suspeito e um amigo deste, chegaram também àquele local e, de imediato, exigiram que fosse alterado o tipo de música.

Gerou-se uma discussão entre as partes, tendo o suspeito desferido uma facada na vítima e fugido, de seguida.

O ofendido deslocou-se pelos próprios meios ao centro de saúde de Almada, sendo posteriormente transferido para unidade hospitalar, onde permaneceu internado durante alguns dias.

O detido, com antecedentes policiais, por roubo e tráfico de estupefacientes, sendo igualmente suspeito num processo de violência doméstica contra a sua mãe, foi presente a primeiro interrogatório tendo-lhe sido aplicada a medida de coação de prisão preventiva.

Direção Nacional, 15 de junho de 2023

REDUÇÃO EM 47% DAS MORTES NAS ESTRADAS ENTRE 2012 E 2022

POLÓNIA GALARDOADA COM O PRÉMIO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA DE 2023 DO EUROPEAN TRANSPORT SAFETY COUNCIL

O European Transport Safety Council (ETSC) atribuiu à Polónia, pela primeira vez, o Prémio do Índice de Desempenho da Segurança Rodoviária (PIN) de 2023. A atribuição deste prémio deve-se ao facto deste país ter reduzido as mortes nas estradas em 47% entre 2012 e 2022, uma taxa apenas superada pela Lituânia, vencedora do prémio de 2022. No mesmo período, a redução média na União Europeia (UE) foi de 22%, e em Portugal foi de 14,5%.

Na Polónia, a taxa de mortalidade (expressa através do número de mortos por habitante) fixou-se em 50 por um milhão em 2022, uma diminuição face aos 93 registados em 2012. Portugal registou 62 mortos por milhão de habitantes em 2022, e 68 em 2012.

O anúncio deste prémio coincide com as novas estatísticas publicadas hoje pelo ETSC, que indicam que as mortes na estrada na UE aumentaram 4% para 20.679 em 2022 face ao ano anterior. O número de mortes na estrada é, contudo, inferior em 9% face ao registado em 2019, o último ano antes da pandemia da Covid-19 ter alterado drasticamente os volumes de tráfego.

Não obstante, e embora se trate de uma evolução positiva, o ETSC alerta que não é suficiente para atingir o objetivo de 2030, que exige uma diminuição média anual de 6,1%. Isto traduz-se num decréscimo de 17,2% nos últimos três anos e não nos 9% a que efetivamente assistimos.

Para além da Polónia ter reduzido substancialmente o número de mortes nas estradas, o painel de peritos do ETSC apontou vários elementos-chave que foram decisivos na atribuição do prémio de 2023 a este país:

- Programa nacional abrangente de segurança rodoviária 2021-2030 que estabelece objetivos para reduzir em 50% o número de mortos e de feridos graves;
- Um programa quadrienal em larga escala de infraestruturas rodoviárias seguras;
- Expansão da rede de radares de velocidade e de controlo do tempo de percurso;
- Um aumento médio anual de 19% nas ações de fiscalização de condução sob o efeito de álcool entre 2010 e 2019;
- Introdução do Sistema "corredor de emergência" que permite aos veículos de emergência aceder aos locais de colisão nas autoestradas.

O ETSC considera que os limites de velocidade e as velocidades dos veículos observadas na Polónia são ainda demasiado altas. O limite máximo de velocidade de 140km/h nas autoestradas é, à exceção da Alemanha, o mais alto da UE. O ETSC congratulou-se com a decisão da Polónia de eliminar limites de velocidade mais elevados noturnos nas zonas urbanas, que foram substituídos com um limite permanente de 50 km/h.

Contudo, o ETSC refere que a Polónia deveria considerar igualmente limitar as velocidades em zonas urbanas para 30 km/h em estradas utilizadas por peões e ciclistas.



Antonio Avenoso, diretor executivo do ETSC, afirmou:

«Em dez anos, a Polónia melhorou consideravelmente a segurança rodoviária e deu o exemplo de como levar a questão a sério. Houve um compromisso genuíno com a fixação de metas, a melhoria das infraestruturas e o reforço da fiscalização, fatores fundamentais para esta impressionante redução.»

«Para a Europa no seu conjunto, é necessário mais trabalho, tanto a nível da UE como a nível nacional. O «pacote de segurança rodoviária», anunciado pela Comissão Europeia em março, introduz algumas alterações positivas na carta de condução e poderá melhorar a fiscalização transfronteiriça. A nova iniciativa destinada a permitir o reconhecimento transfronteiriço das inibições de conduzir é igualmente bem-vinda. Cabe agora aos Estados-Membros e ao Parlamento Europeu garantir que os elementos que poderiam ter um impacto negativo na segurança rodoviária são removidos e que os potenciais benefícios do pacote em matéria de segurança rodoviária não são enfraquecidos no caminho muitas vezes traiçoeiro para se tornar lei.

«A nível nacional, cabe aos governos de toda a Europa esforçarem-se com todos os meios ao seu dispor para retomar as suas reduções anuais do número de mortos e feridos graves, em consonância com os objetivos da UE e da ONU para 2030.»



MENOS ACIDENTES, MENOS VÍTIMAS MORTAIS E MENOS FERIDOS FACE A 2019



Em 2022, registaram-se no Continente e nas Regiões Autónomas 34.275 acidentes com vítimas, 473 vítimas mortais, 2.436 feridos graves e 40.123 feridos leves.

Em relação a 2019¹, ano que a Comissão Europeia considerou como o ano base de referência para efeitos da avaliação da evolução da sinistralidade rodoviária durante a presente década², critério que também foi adotado em Portugal, registaram-se menos 2.976 acidentes (-8,0%), menos 47 vítimas mortais (-9,0%), menos 96 feridos graves (-3,8%) e menos 4.830 feridos leves (-10,7%).

No Continente, em 2022 registaram-se 32.788 acidentes com vítimas, dos quais resultaram 462 vítimas mortais, 2.243 feridos graves e 38.456 feridos leves.

- Comparativamente a 2019, os principais indicadores de sinistralidade no Continente apresentaram resultados decrescentes: menos 2.916 acidentes (-8,2%), menos 12 vítimas mortais (-2,5%), menos 58 feridos graves (-2,5%) e menos 4.746 nos feridos leves (-11,0%).

- Face ao período homólogo de 2021, ano em que ainda se verificaram quebras na circulação rodoviária face a 2019, num contexto de pandemia, observaram-se aumentos em todos os principais indicadores no Continente: mais 3.571 acidentes (+12,2%), mais 72 vítimas mortais (+18,5%), mais 137 feridos graves (+6,5%) e mais 4.239 feridos leves (+12,4%), devido, essencialmente, ao agravamento da sinistralidade verificado nos primeiros meses do ano de 2022, que foram os meses em que se verificou um maior aumento de circulação rodoviária face a 2021:

- de acordo com dados da Direção-Geral de Energia e Geologia³, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022 verificaram-se os au-

mentos mais significativos da venda de combustíveis rodoviários, em termos de variação homóloga mensal: +21,9%, +32,2% e +30,3%, respetivamente.

- de acordo com resultados disponibilizados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, foram também nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022 que se verificaram aumentos mais expressivos do tráfego médio diário na Rede Nacional de Autoestradas (RNA): +44,2%, +77,3% e +43,0%, respetivamente.

A colisão foi a natureza de acidente mais frequente (51,9% dos acidentes), com 39,8% das vítimas mortais e 43,8% dos feridos graves. Os despistes, que representaram 34,5% do total de acidentes, corresponderam à principal natureza de acidente na origem das vítimas mortais (45,2%).

- A maioria das vítimas mortais (53,2%) registou-se na sequência de acidentes ocorridos fora das localidades, com um crescimento de 40,6%, ainda que estes acidentes tenham representado apenas 22,0% do total. O índice de gravidade dos acidentes registados fora das localidades ascendeu a 3,42, com significativo agravamento face a 2021 (2,93), e mais de quatro vezes superior ao registado dentro das localidades que se situou em 0,84, embora inferior ao do ano anterior (0,92).

- Quanto ao tipo de via, 62,7% dos acidentes ocorreram em arruamentos, provocando 31,8% das vítimas mortais (+17,6% face a 2021) e 45,8% dos feridos graves (+9,2% face a 2021). Nas Estradas Nacionais, embora apenas tenham ocorrido 19,2% dos acidentes, foi onde se registou o maior número de vítimas mortais (148, 32,0%), um acrés-

cimo de 8,8% face a 2021, e 29,0% dos feridos graves (+5,9% face a 2021). Nas autoestradas, o crescimento de 16,3% no tráfego teve por consequência os aumentos de 22,3% no número de acidentes e de 48,5% no número de vítimas mortais face a 2021.

- No que respeita à categoria de utente, 66,5% do total das vítimas mortais eram condutores, 18,4% passageiros e 15,2% peões. Comparativamente a 2021, verificou-se um crescimento do número de vítimas mortais, em todas as categorias de utentes, destacando-se o aumento de 56 para 85 nos passageiros mortos (+51,8%). Relativamente aos feridos graves, o aumento mais significativo ocorreu também nos passageiros (+16,9% face a 2021). Os peões registaram aumentos de 37,3% nas vítimas mortais e de 8,9% nos feridos graves face ao ano anterior.

- Em relação à categoria de veículo interveniente nos acidentes, 72,0% do total envolveram veículos ligeiros, o que representou um aumento de 11,2% relativamente a 2021, sendo ainda de referir as subidas verificadas nos motociclos (+14,6%) e nos veículos pesados (+12,3%). Inversamente, registou-se uma menor intervenção nos acidentes por parte de veículos agrícolas (-13,9%) e de ciclomotores (-2,0%).

- Considerando as vítimas por categoria de veículo em 2022 verificou-se que 55,1% do total de vítimas deslocava-se num veículo ligeiro (+11,6% face a 2021), enquanto 19,2% circulava em motociclos (+14,6% face a 2021) e 7,0% em velocípedes (+7,9%). De destacar ainda a subida de 22,1% das vítimas em veículos pesados, face a 2021. Relativamente a vítimas mortais, é de assinalar as reduções de 17,4% dos utilizadores de velocípedes e de 21,4% nos veículos agrícolas.

- Em 2022, 51,3% do número de vítimas mortais registou-se na rede rodoviária sob a responsabilidade das seguintes Entidades Gestoras de Via: Infraestruturas de Portugal (43,7%), Brisa (5,8%) e Ascendi (1,7%).

Quanto à fiscalização de veículos e condutores, bem como processos contraordenacionais, salienta-se:

Em 2022 foram fiscalizados mais de 131 milhões de veículos, quer presencialmente, quer através de meios de fiscalização automática, tendo-se verificado um aumento de 6,1%, face a 2021. Esta variação deve-se ao crescimento de 8,5% no sistema de radares SINCRO gerido pela ANSR, tendo a GNR, a PSP e a PML registado decréscimos de 10,3%, 12,7% e 34,1%, respetivamente.

- Foram registadas quase um milhão e meio de infrações, o que representa um acréscimo de 23,0% face a 2021.

- A taxa de infração (n.º de infrações/n.º de veículos fiscalizados) foi de 0,93%, um aumento de 1,1% face à taxa de 0,92% registada em 2021.

- Relativamente à tipologia de infrações, 59,2% do total registado em 2022 foi referente a excesso de velocidade, o que correspondeu a um aumento de 25,5% face a 2021, valor influenciado pela queda acentuada registada em 2021. De forma inversa, registou-se uma diminuição nas infrações relativas ao manuseamento do telemóvel (-15,2%), à não utilização do cinto de segurança (-12,7%) e à não utilização de sistemas de retenção para crianças (-11,6%). Contudo, a condução sob efeito de álcool evidenciou um aumento expressivo (+27,7%), influenciado pelas quedas consecutivas registadas em 2020 e 2021 face a 2019.

- Quanto ao excesso de velocidade, a taxa de infração (n.º de infrações de velocidade/ n.º de veículos fiscalizados) diminuiu 8,6%, de 0,53% em 2021 para 0,48% em 2022.

- Relativamente à condução sob o efeito do álcool, em 2022 foram submetidos ao teste de pesquisa de álcool 1,8 milhão de condutores, o que representa um aumento de 7,4% comparativamente a 2021. A taxa de infração (n.º de infrações por álcool/ n.º de testes efetuados) subiu de 1,6% em 2021 para 1,9% em 2022.

- A criminalidade rodoviária, medida em número total de detenções, aumentou 22,1% por comparação com 2021, atingindo mais de 32 mil condutores. Do total, 54,1% deveu-se à condução sob o efeito do álcool (+41,0%), seguindo-se 34,0% por falta de habilitação legal para conduzir (+1,9%).

- Desde a entrada em vigor do sistema de carta por pontos, em junho de 2016 e até ao final de 2022 foram subtraídos pontos a quase 518 mil condutores, valor que ultrapassa em 18% o apurado em dezembro de 2021.

- Também até ao final de 2022, 2.410 condutores ficaram com o seu título de condução cassado, desde a entrada em vigor do sistema de carta por pontos, número 33% superior ao apurado em dezembro de 2021.

O relatório de sinistralidade e fiscalização rodoviária relativo ao ano de 2022, pela ANSR, pode ser consultado no site da ANSR (www.ansr.pt).

ANSR MARCA PRESENÇA NO MAITECH

A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) marcou presença no MAITECH, conferência de tecnologia nas áreas da segurança e proteção civil, promovida pelo Ministério da Administração Interna (MAI), que teve lugar na Reitoria da Universidade do Porto.

Durante a iniciativa foram apresentados projetos por várias entidades tuteladas pelo MAI, entre as quais a ANSR, através de uma demonstração interativa de dois projetos: o Portal das Contraordenações e os novos radares de velocidade média.

Recorrendo ao uso de vídeos explicativos, a ANSR demonstrou, junto dos visitantes do evento, o modo de funcionamento destas duas ferramentas tecnológicas.

O ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, visitou o stand da ANSR acompanhado da vice-presidente da ANSR, Ana Tomaz, onde foi possível visualizar interactivamente alguns dos desenvolvimentos tecnológicos ao serviço da segurança rodoviária.

Em declarações aos jornalistas no local, José Luís Carneiro anunciou que esta iniciativa irá realizar-se noutros momentos no país, porque “é muito importante que se possa conhecer o modo como o Ministério da Administração Interna contribui para a inovação social, para a inovação económica, para a inovação empresarial e para a inovação institucional”, acrescentou.

O ministro anunciou igualmente que está em curso um investimento para infraestruturas tecnológicas do MAI de mais de 250 milhões de euros, frisando que “é muito relevante que os cidadãos

reconheçam que os recursos nacionais estão a ser aplicados para permitir uma maior eficácia e eficiência e também uma adaptação do país áquilo que são hoje as grandes tendências de inovação tecnológica nos sistemas de proteção interna e nos sistemas de proteção civil”.

